

Revista



Aeronáutica

ISSN 0486-6274

Número 293
2016



PRESIDENTE

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

1º Vice-Presidente

Brig Int Helio Gonçalves

2º Vice-Presidente

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

www.caer.org.br
revista@caer.org.br



Expediente

Jan. a Mar.

2016



ISSN 0486-6274

SUPERINTENDÊNCIAS

Sede Central

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

Sede Barra

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Sede Lacustre

Cel Int Antonio Teixeira Lima

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto Cardoso Vilarinho

CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Pedro Norival de Araújo

DEPARTAMENTOS

SEDE CENTRAL

Administrativo/Beneficente

Cel Av João Carlos Gonçalves de Sousa

Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Comunicação Social

Ten Cel QFO Ana Elisa Jardim de Mattos A. de Melo

Centro de Tecnologia e Informação – CTI

Ten Cel Int Franklin José Maribondo da Trindade

Financeiro

Cel Int Júlio Sérgio Kistemarcher do Nascimento

Jurídico

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Patrimonial / Secretaria Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

Social (Interino)

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessor Especial da Presidência

Cel Av Ajauri Barros de Melo

SEDE BARRA

Aerodesportivo

Cel Av Romeu Camargo Brasileiro

Esportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

Operações

Ten Cel Av José Carlos da Conceição

Assessores

Administração e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues

Infraestrutura e Especial - Ten Cel Av Alfredo José Crivelli Neto

Assessoria Social - Cel Av Verner Menna Barreto Stock

Financeiro - Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

Aerodesportivo - Loreta Helena Valério Alves

Sede Central

Praça Marechal Âncora, 15

Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200

• Tel.: (21) 2210-3212

3ª a 6ª feira de 9h às 12h e 13h às 17h

Sede Barra

Rua Raquel de Queiroz, s/nº

Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-710

• Tel.: (21) 3325-2681

Sede Lacustre

Estrada da Figueira, nº 1

Arraial do Cabo - RJ - CEP 28930-000

• Tel.: (22) 2662-1510

REVISTA DO CLUBE DE AERONÁUTICA

Tel.: (21) 2220-3691

Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa

Brig Int Helio Gonçalves

Cel Av Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel Av Araken Hipolito da Costa

Jornalista Responsável

J. Marcos Montebello

Produção Editorial e Design Gráfico

Rosana Guter Nogueira

Produção Gráfica

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão

Ten Cel QFO Dirce Silva Brízida

Secretárias

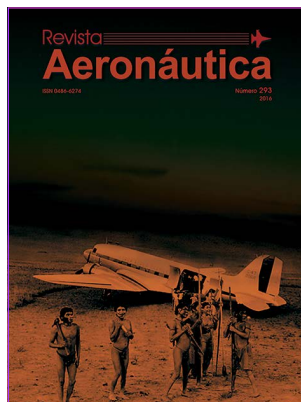
Juliana Helena Abreu Lima

Gabriela da Hora Rangel

Isis Ennes Pestana Santos

Colaborador - Ricardo Luiz de G. Germano

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.



Correio Aéreo
Nacional

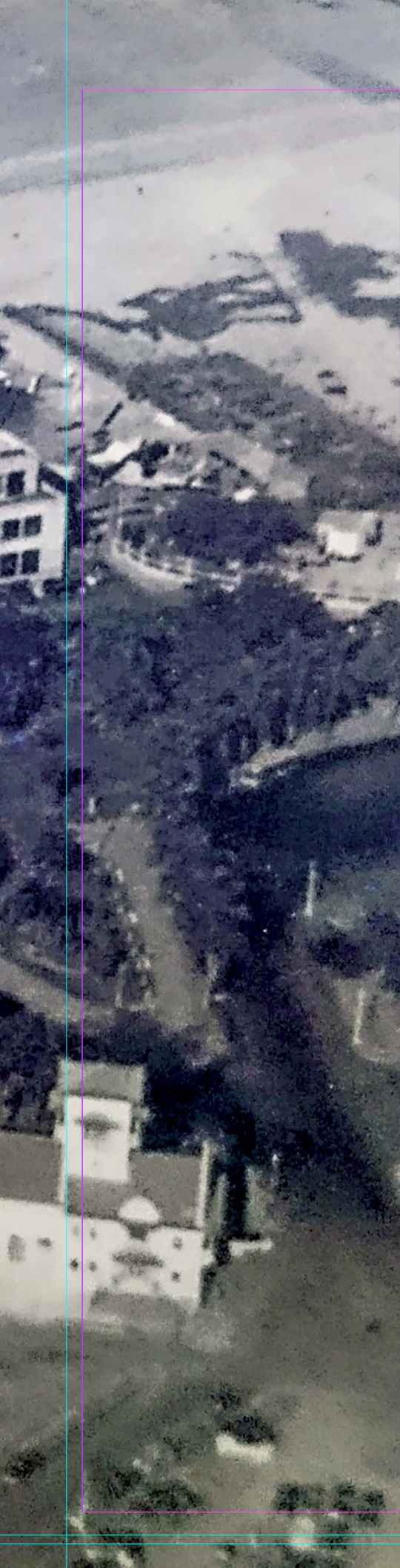
Baixe um leitor de **QR code** em seu celular, fotografe o código ao lado e você poderá ler, fazer *download* ou compartilhar esta revista pela internet.



Índice

- 4** MENSAGEM DO PRESIDENTE
Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa
- 6** NOTÍCIAS DO CAER
Redação
- 10** NOSSO RETORNO AO ESPAÇO
Ten Brig Ar Antonio Franciscangelis Neto
- 14** OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS MILITARES ANTE AS RELAÇÕES ESPECIAIS DE SUJEIÇÃO
Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha
Ministra do STM
- 17** A FELICIDADE DO INFELIZ
Enviado por José Macedo Filho
Dácono
- 18** UM PESADELO DA LIBERDADE
Ten Brig Deoclécio Lima de Siqueira
- 20** ESTADOS COMPROMETIMENTO DA SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO
Manuel Cambeses Júnior
Cel Av
- 22** OS CONSTRUTORES DA TERRA
Marcio Tavares D'Amaral
Filósofo
- 24** A CONTRACULTURA E O COMPORTAMENTO POLITICAMENTE CORRETO
FILHOS PRÓDIGOS DE UM MESMO PAI DESNATURADO
Jober Rocha
Economista
- 26** TEMENDO UM FUTURO SOMBRIO
Alfredo Severo Luzardo
Cel Av
- 29** BRASIL EXPORTA PORNOGRAFIA PARA A FRANÇA
Luís Mauro Ferreira Gomes
Cel Av
- 30** ROTA RIO-MANAUS
Ten Brig Ar Cherubim da Rosa Filho
- 34** O PROJETO ACANTUS
RECORDANDO 42 ANOS DE SUA EXISTÊNCIA
Franklin José Maribondo da Trindade
Ten Cel Int
- 38** O CÉU DE ÍCARO TEM MAIS POESIA DO QUE O DE GALILEU
Lygia Costa Moreira
Empresária
- 40** PANE FALSA, SUSTO REAL
Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
- 42** COMBATER O AEDES EGYPTI SIGNIFICA PREVENIR QUATRO DOENÇAS VIRAIS POTENCIALMENTE GRAVES: DENGUE, FEBRE CHIKUNGUNYA, FEBRE PELO VÍRUS ZICA E A FEBRE AMARELA URBANA
Antonio Augusto Masson
Cel Méd
- 44** CASA GRANDE & SENZALA
Diolásia Cheriegate
Jornalista
- 46** O ADVENTO DO NACIONALISMO NA MÚSICA BRASILEIRA
REFLEXÕES HISTÓRICAS E FILOSÓFICAS
Ubirajara Carvalho da Cruz
Cel Av
- 49** GRANDE BRIGADEIRO OLIVEIRA NETO!
Luiz Rodriguez
Cel Av
- 50** O ÚLTIMO POUSO
Araken Hipolito da Costa
Cel Av





Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa
Presidente do Clube de Aeronáutica

“Era o fim da tarde do dia 5 de agosto de 1946; o local: a sede do Clube Militar, na Avenida Rio Branco; os presentes: 314 oficiais da FAB; o motivo: convocados pelo então Ministro da Aeronáutica, Brig Trompowsky, para corporificar um velho sonho, a criação de um Clube de Aeronáutica.

Presidindo a mesa, o Ministro, acompanhado pelos seguintes oficiais: Maj Brig Duncan, Brig Ferreira Viana, Cel Albuquerque Lima, Cel Loyola Daher e Ten Cel Grün Moss lançaram a ideia de ser criado um Clube, específico para a Aeronáutica, que congregasse a jovem Família Aeronáutica fora de suas atividades militares.

Após a alocução do Ministro e das discussões e debates, foi criada uma Comissão Organizadora que deveria elaborar os estatutos da novel agremiação, além de promover sua instalação e operacionalização. A Comissão eleita tinha o Brig Ivo Borges como presidente e, como membros, os seguintes oficiais: Fontenelle, Albuquerque Lima, Mendes, Moss, Bello, Köeller, Amarante, Taunay, Lafayette e Hipolito.

Em 15 de julho de 1947, praticamente um ano após a primeira reunião, com a expressiva presença de 217 sócios, foi realizada a primeira Assembleia Geral Ordinária (AGO), ocasião em que foi eleita a primeira Diretoria do Clube de Aeronáutica, cujo Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente foram, respectivamente, o Maj Brig Sá Earp, Brig Fontenelle e Cel Lampert.

Depois de uma efêmera sede provisória, veio a primeira sede formal do Clube de Aeronáutica. Era uma pequena joia incrustada entre a sede da Panair do Brasil e a Estação de Hidroaviões do Rio de Janeiro. Posteriormente, em virtude cada vez maior da ideia e em função de convênios com a Prefeitura do Rio de Janeiro e da própria Aeronáutica, a sede foi crescendo e acabou envolvendo a Estação de Hidroaviões. A partir daí, o Clube de Aeronáutica transformou-se num prolongamento das casas de nossos oficiais, para onde os sócios

afluíam em busca de uma salutar prática de esportes, sauna, massagens e dos cada vez mais frequentes almoços comemorativos. Grupos de Senhoras reuniam-se em almoços festivos quando comemoravam datas marcantes, empenhavam-se em obras de caridade e organizavam cursos de pintura, culinária, danças etc.”

Este pequeno trecho extraído do discurso do Brig Ivo Gastaldoni, por ocasião da seção solene do Conselho Deliberativo de número 471, tem como objetivo homenagear aqueles que começaram a dar corpo à ideia de congregar a Família Aeronáutica.

Em 5 de agosto deste ano, o Clube de Aeronáutica completa 70 anos de existência, data significativa para comemorarmos as conquistas e a convivência harmoniosa de diversas gerações.

Nestes anos foram incorporadas ao patrimônio do Clube onze andares de um prédio na Rua Santa Luzia, Centro da Cidade, em 1971, e mais duas sedes: Lacustre, em 1965, e Barra, em 1982.

Na atual administração, procuramos revitalizar e embelezar as dependências da Sede Central com obras no deque, vestiários, sala de ginástica, sauna, entrada social, bar e pátio interno visando atingir um ambiente mais agradável aos nossos associados.

Ao mesmo tempo, na Sede Barra, estamos na fase final da construção de dois hangares para ultraleves e coordenamos as obras relativas às Olimpíadas, em especial o ginásio polivalente e o campo de atletismo.

Embora nossos esforços e atenções sejam direcionados para estas realizações, nunca olvidamos do nosso maior patrimônio: o Sócio.

O sonho de 1946 torna-se realidade pelo espírito de amor à Aeronáutica e na amizade entre irmãos de ideais.

Convidamos a Família Aeronáutica para festejarmos nossos 70 anos, no Baile de Aniversário do Clube de Aeronáutica, a ser realizado em setembro, com a viva alegria de estarmos juntos ■

NOTÍCIAS do CAER

VISÃO DE FUTURO PARA

Como é de conhecimento de todos, a menina dos olhos do Clube de Aeronáutica (CAer) e de seus associados, principalmente os aviadores, são os dois novos hangares ora em construção na área do Departamento Aerodesportivo da Sede Barra.

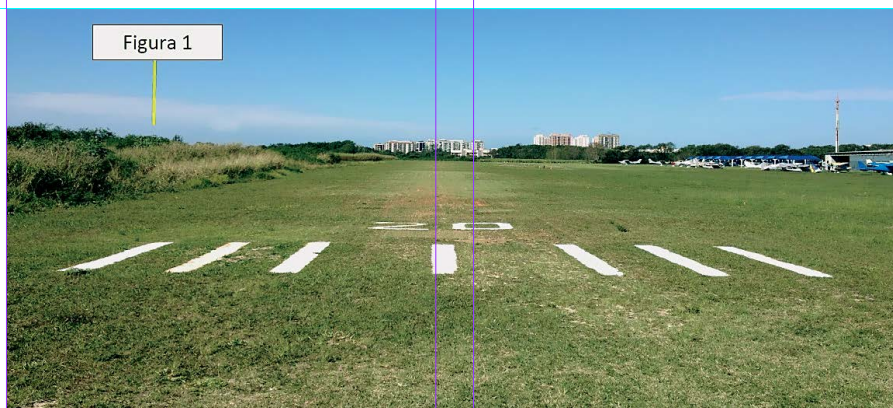
Esse assunto será, no entanto, objeto de outro artigo, tamanho o número de citações sobre os mesmos em reuniões e palestras no âmbito do CAer, bem como a exposição das imagens de suas estruturas em construção, nas publicações do Clube.

Neste artigo, optamos por falar de um assunto menos conhecido no âmbito do Clube e da comunidade aeronáutica, mas, se considerarmos que a missão do DEPAER admite dois enfoques principais, um operacional e outro de apoio, as pistas e sua operação estão no segmento operacional. E é sobre elas que vamos falar.

O CAer possui duas pistas, das quais somente a 02/20 é homologada. Elas são de grama e a 02/20 mede 400m (comprimento) x 18m (largura). A outra, 15/33, é usada apenas no sentido 15 por ultraleves básicos, quando o vento está vindo do leste com muita intensidade. A 33 não é usada, pois implicaria no sobrevoo da área da pista de Jacarepaguá, o que é proibido.

Os trabalhos na pista foram orientados por problemas relativos à *segurança*. Esses problemas originavam-se de obstáculos que interferiam na operação das aeronaves em voo e no solo. Tais obstáculos, basicamente árvores e depressões, estavam desrespeitando os parâmetros estabelecidos pelas normas da Zona de Proteção de Aeródromo, normas essas de cumprimento obrigatório para todos os Aeródromos brasileiros, públicos ou privados.

Assim, optou-se por recolocar a pista



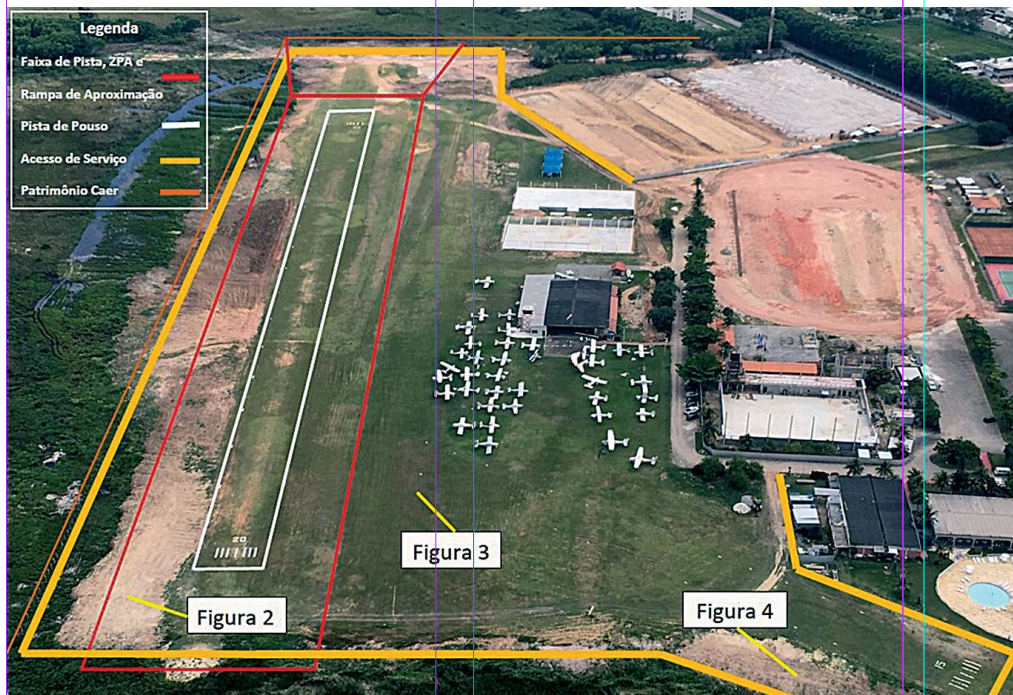
rigorosamente de acordo com as referidas normas, o que envolveu, entre outras ações, movimentos de terra da ordem de 140.000m², em aterros, nivelamento de depressões, raspagem de solo, corte de árvores, remoção de pedras etc.

O trabalho priorizou a limpeza das árvores situadas na lateral leste (do lado de Jacarepaguá) da cabeceira 20. Tais árvores, a maioria situada na lateral da pista, numa extensão de quase 100 metros (Figura 1, da Foto 1), causavam problemas

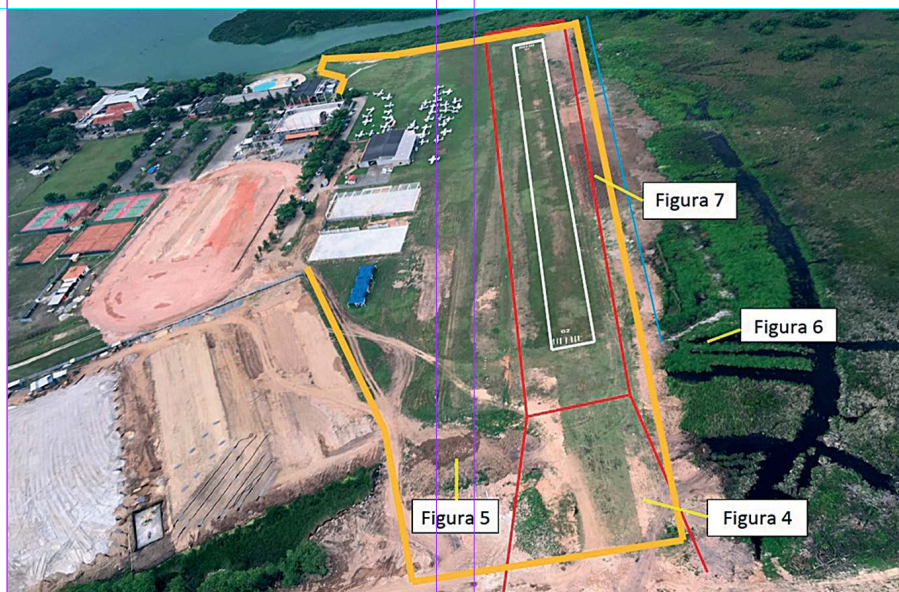
de instabilidade na trajetória das aeronaves na hora do pouso, especialmente com vento leste(vindo do setor de Jacarepaguá).

Tais problemas afetavam indiscriminadamente todos os tipos de aeronaves, mas, principalmente, os ultraleves básicos, que são mais lentos e suscetíveis às variações bruscas do vento, causando inúmeros pousos *placados*.

Hoje a área está recuperada, livre dos obstáculos e com piso compactado, oferecendo uma superfície de escape segura,



AS PISTAS DO DEPAER



caso ocorra uma emergência (Figura 2, da Foto 2). Em futuro próximo será gramada, como já se apresenta o outro lado da pista, lado oeste, (Figura 3, da Foto 2), oferecendo aquele visual limpo, bonito, organizado e seguro, que todos os pilotos apreciam e merecem quando vêm para o pouso. As cabeceiras serão reorientadas para 03/21 devido à mudança na declinação magnética.

O próximo passo foi recuperar as áreas no entorno da cabeceira 02. Ali, os maiores problemas eram a Superfície de Aproximação e a Decolagem (Figura 4, da Foto 3), que também estavam com excesso de árvores, desrespeitando seu gabarito, e uma grande depressão, com água parada no fundo e árvores altas, desrespeitando a Superfície de Transição Lateral e a Faixa de Pista (Figura 5, da Foto 2). Estes problemas não puderam ser totalmente resolvidos, pois ainda não conseguimos o aterro ideal para permitir o nivelamento da referida depressão. Entretanto as árvores foram cortadas e a superfície está completamente desimpedida, diminuindo muito o risco em caso de uma saída da pista.

Em futuro próximo, essa área será nivelada, compactada e gramada, até atingir a imagem já descrita para a lateral da cabeceira da pista 20 (Foto 4).

Concomitantemente com esses dois trabalhos, iniciamos a recuperação da lateral leste da cabeceira 02 (Figura 6, da Foto 3). A tarefa é duríssima, pois após alcançarmos aproximadamente 40m da lateral da pista, depois da cerca que deli-

mita a área do CAer, encontramos terreno muito alagado, que nos fez desistir, por absoluta impossibilidade de conseguir o aterro necessário. Optamos, então, por continuar recuperando a lateral da pista (Figura 7, da Foto 3), no sentido da área já preservada na lateral da cabeceira 20, e descrita no início deste artigo. Este objetivo já está quase sendo alcançado, faltando apenas alguns metros.

E, finalmente, chegamos à pista 15, onde o principal trabalho foi recuperar a lateral norte, voltada para a Lagoa (Figura 4, da Foto 2), onde está situada a faixa de pista da mesma.

Assim, chegamos ao final acreditando ter mostrado o planejamento e a execução para recuperação de toda a área do aeródromo.

Isso vai nos permitir iniciar a nova fase, que é voltada para o aperfeiçoamento do piso da pista, cujos pontos principais são o sistema de irrigação e as novas balizas da pista e das pistas de táxi. Tudo isso para que ao final tenhamos uma imagem como a que procuramos mostrar na Foto 4 ■



NOTÍCIAS

TURMA DE 46 FAZ 70 ANOS

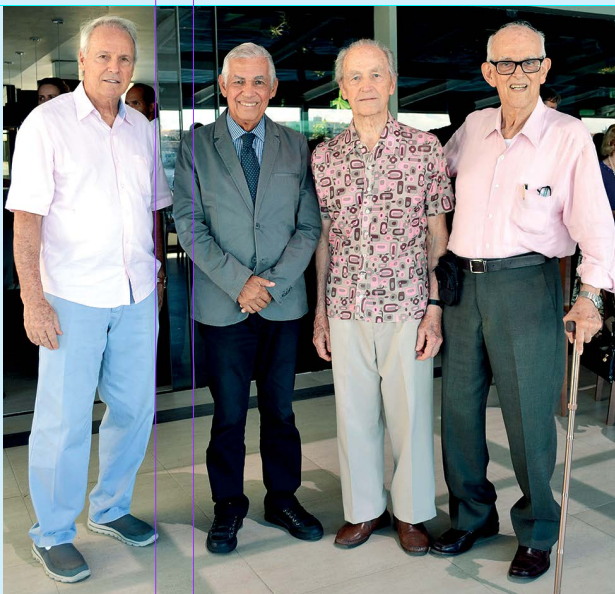
Formação de toda a turma



A Turma de 46 comemorou com muita alegria a marca histórica de 70 anos do ingresso na Escola de Aeronáutica, no legendário Campo dos Afonsos.

O evento reuniu Aspirantes Intendentes de 1948 e Aspirantes Aviadores de 1949, no deque do Clube de Aeronáutica, em sua Sede Central.

Participaram da comemoração, que contou com missa, coquetel e almoço festivo, os integrantes da Turma, familiares e amigos.



Da esq. p/a dir.: Cel Av Araken - Dir. Cultural CAER e o Maj Brig Ar Marcus Vinícius - Pres CAER; da turma de 46, o Maj Brig Ar Piva e o Cel Av Novelino

Missa, coquetel e almoço no deque



AEPCAR ELEGE DIRETORIA

Os novos membros da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal da **Associação dos Ex-Alunos da Escola Preparatória de Cadetes do Ar**, eleitos para o biênio 2016/2017, tomaram posse em Assembleia Geral Solene, no dia 14 de janeiro de 2016, no Clube de Aeronáutica.



Da esquerda para a direita: Diretor Financeiro: Rubens Morgado VILLA REAL (65-281); Presidente: Antonio Sidney PONTES da Silva (69-024); Vice-Presidente: Clarindo dos Santos (56-137); Diretor de Comunicação Social: Augusto MARINHO (67-096); Diretor Administrativo: Ewerton Martins de Souza (68-321)

REVISTA 50 ANOS TURMA CONTACTO

Após um ano da festa comemorativa do seu Jubileu de Ouro, a Turma Contacto (Barbacena 65, Afonsos 68) estará distribuindo aos seus componentes, a revista comemorativa deste cinquentenário, cuja capa mostra a bela imagem de nossa inesquecível EPCAR.



INCAER REALIZA CERIMÔNIA DE POSSE DE NOVOS CONSELHEIROS

Cel Av Refm Aparecido Camazano Alamino e o Engenheiro Mauro Gomes de Paiva Lins de Barros são os mais novos membros do Conselho Superior do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER). A cerimônia de posse, ocorrida no dia 7 de março de 2016, foi presidida pelo Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Nivaldo Luiz Rossato, e contou com a presença de diversas autoridades militares e civis, dentre as quais os ex-Ministros da Aeronáutica, Ten Brig Ar Refm Sócrates da Costa Monteiro e Ten Brig Ar Refm Mauro José Miranda Gandra, o ex-Comandante da Aeronáutica, Ten Brig Ar Refm Carlos de Almeida Baptista e o Diretor do INCAER, Ten Brig Ar R/1 Ailton dos Santos Pohlmann.

O Conselho Superior do INCAER é



Cel Camazano ladeado pelo Ten Brig Ar Pohlmann, Diretor do INCAER, e pelo Ten Brig Ar Rossato, Comandante da Aeronáutica

composto por vinte patronos, sendo todos grandes vultos ligados à Aeronáutica. O Cel Av Camazano passa a ocupar a Cadeira de nº 18, cujo patrono é o Ten Brig Ar Deoclécio Lima de Siqueira e que estava vaga desde o dia 29 de março de 2015, devido ao falecimento do Maj Brig Ar Lauro Ney Menezes. Já o Engenheiro Mauro Lins de Barros passa a ocupar a Cadeira de nº 11, que tem como patrono Ruben Martin Berta, e que vagou em 22 de fevereiro de 2015, devido ao falecimento do Comandante Carlos Eugênio Santos Dufriche.

Os recém empossados são entusiastas da Aviação, com inúmeros artigos e livros publicados, no Brasil e no exterior. Passam a fazer parte de um seleto grupo de pessoas que, pela escrita, vem buscando preservar o passado da Força Aérea Brasileira e os feitos de grandes vultos da História da Aviação nacional.



O Conselheiro Mauro Lins de Barros, entre o Ten Brig Ar Pohlmann e o Ten Brig Ar Rossato



MENSAGEM DOS LEITORES

Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato – *Comandante da Aeronáutica*
Acusa com prazer o recebimento do exemplar nº 291 da Revista Aeronáutica, de parte do Presidente do CAER Maj Brig Ar Marcus Vinicius Pinto Costa. Cumprimenta e parabeniza pela qualidade da publicação, transmitindo-lhe votos de sucesso e muitas felicidades, extensivas a todos os integrantes do Clube.

Ronaldo Caiado – *Senador DEM/GO*
Cumprimentando cordialmente o Diretor, agradece o exemplar nº 292. Parabeniza pela qualidade empregada na confecção da publicação, bem como os temas abordados.

Alvaro Luiz Pinto – *Almirante de Esquadra e Ministro do STM*

Apresenta o seu cordial agradecimento ao prezado Diretor Cultural pelo recebimento da edição nº 292 da Revista Aeronáutica e parabeniza pelo empenho e esmero de todos os envolvidos em sua publicação, tendo, como resultado, o sucesso de sempre.

Artur Vidigal de Oliveira – *Ministro do STM*

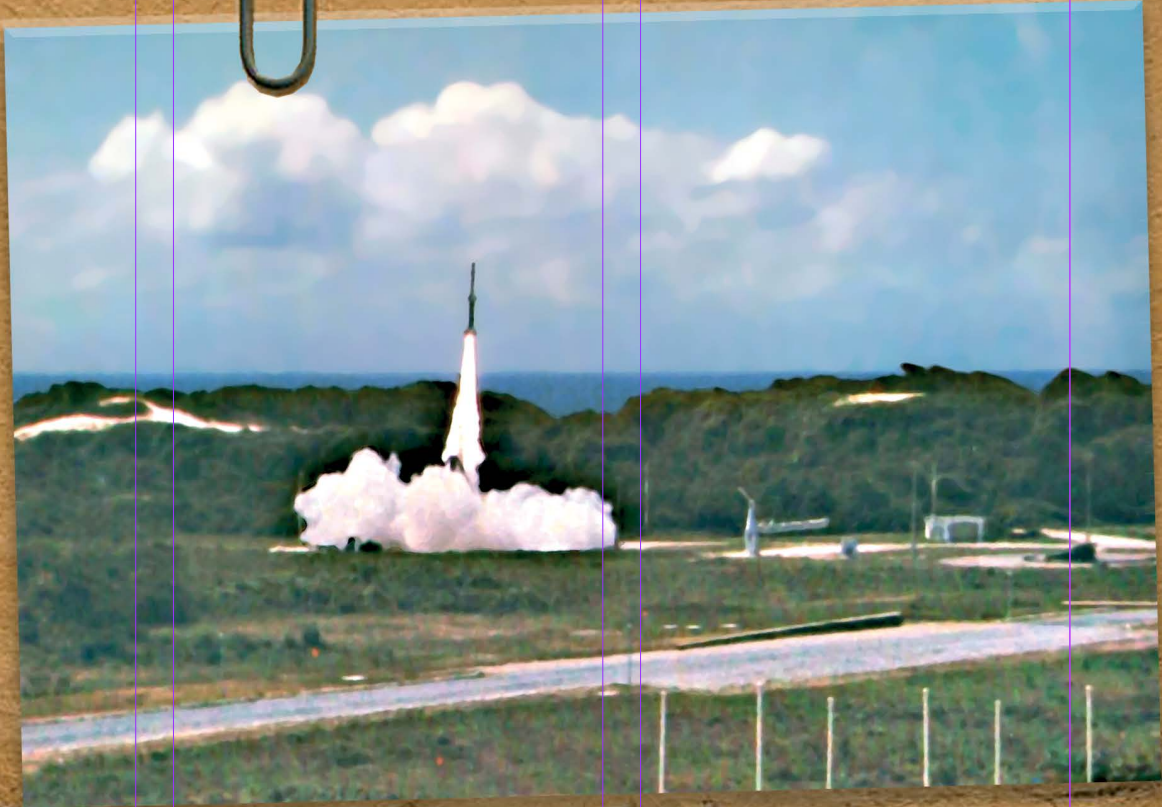
Agradecendo muito a gentil oferta do exemplar nº 292 da Revista Aeronáutica, cumprimentando-o pela feliz iniciativa e pela qualidade das matérias ali publicadas.

Alfredo M. Dapena – *Cel Av da Aeronáutica*
Afirma ao Diretor Cultural, aos colaboradores e aos articulistas da Revista Aeronáutica que ela está entre as poucas coisas que melhoram neste país. Numa primeira vista, o alto nível dos artigos.

Nilton Lanna – *Cel Med*
Parabeniza pela Revista Aeronáutica, que denomina “orgulho do nosso Clube”, resultado de brilhante inteligência, afirmando ser leitor assíduo.

NOTA DO EDITOR

Agradecemos as manifestações dos leitores, estendendo nossa gratidão aos colaboradores, que valorizam as nossas edições, deixando-lhes espaço aberto para o envio de textos.





NOSSO RETORNO AO ESPAÇO

Ten Brig Ar Antonio Franciscangelis Neto

Secretário da SEFA (Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica)

secretario@sefa.aer.mil.br

Há vinte anos, as guerras eram vencidas segundo a capacidade e o tamanho das forças de combate. Hoje isso não é mais uma verdade absoluta. Foi-se o tempo em que o uso do espaço exterior voltava-se tão somente aos fins pacíficos, de exploração econômica e desenvolvimento de pesquisas científicas. Lá não mais se pode operar livremente, em virtude dos múltiplos interesses civis e militares das nações que dominam aquele ambiente.

Encontramos na órbita do nosso planeta, além dos conhecidos satélites de comunicações e sensoriamento, constelações de *Global Positioning System* (GPS), equipamentos de pesquisa e observação da Terra e do espaço profundo, estações espaciais e de logística, potentes aparatos de projeção de energia, além de muito detrito espacial.

O domínio da utilização do espaço é uma extensão natural da estratégia de um país. Vitórias serão obtidas por quem melhor integrar, sincronizar e aproveitar a sinergia entre os diversos domínios da guerra, possibilitando criar efeitos decisivos para o combate. A obtenção de dados coletados do espaço contribui exponencialmente, pois permite gerenciar informações de forma rápida e eficiente, e em tempo real.

Por este motivo, é lícito concluir: quem não se inclui no seleto grupo das potências mundiais que dominam o uso do espaço cósmico não pode assegurar, de forma efetiva, a sua soberania territorial, tampouco ter a certeza de continuar recebendo as informações provenientes dos artefatos espaciais de que necessita, em qualquer momento ou situação.

É por isso que as nações mais

desenvolvidas investem fortemente em programas espaciais, de modo a estabelecer seu domínio do espaço sobrejacente, no sentido de obter e manter a capacidade de observar e entender o que acontece em seu espaço superior; desenvolver um sistema de Comunicação e Controle para assegurar o comandamento das ações; proteger seus ativos e garantir o uso dual do espaço; produzir meios permanentes que possam ser guiados, não sujeitos a destruição por colisões ou incidentes, com capacidade de interceptar objetos de interesse; e estabelecer estrutura confiável de troca de informações e dados de inteligência, em colaboração com países aliados e parceiros comerciais.

Sem satélites, a obtenção e divulgação de dados de inteligência, bem como as comunicações e ações de Comando e Controle serão mortalmente penalizadas. Isso também é válido para o uso civil, se pensarmos nas operações bancárias, televisão, telefonia, meteorologia e dezenas de outras utilidades.

Em caso de conflito, deter o controle do espaço aéreo e espacial permite antecipar as intenções do adversário e realizar ações defensivas por meio da obtenção de dados de inteligência. Isso é muito importante, e faz a diferença.

Na última década do século XX, a Guerra do Golfo confirmou tais argumentos. O mundo assistiu, cinematograficamente, à militarização do uso do espaço por meio do intenso uso dos satélites e a surpreendente capacidade dos americanos em prever o lançamento, traquear e destruir os mísseis *SCUD*.

Rússia e China também têm capacidades assimétricas em relação aos demais países e são principais adversários dos EUA no campo espacial. Mesmo assim, a Coreia do Norte desafiou a concepção estratégica americana ao lançar um foguete sobre o território da Coreia do Sul.

Nesse contexto, a única forma de evitar tragédias e derrotas neste campo é estar preparado, e assim ter a oportunidade de declarar posição e se manter firme ao redor das mesas de negociações diplomáticas.

Como um país de dimensões continentais, o Brasil deve adotar um senso agudo de urgência em obter a autonomia no espaço. O menor ganho seria deixar de pagar, anualmente, vultosas somas pelo uso de serviços espaciais.

Impõe-se assim um grande desafio, e o Brasil precisa compreender isso, pois o espaço é meramente outra arena muito importante na qual o país deve exercer poderio e assegurar soberania. Negligenciar este fato é um dos maiores enganos de uma nação que pretenda ser desenvolvida, competitiva e, sobretudo, soberana.

Hoje o Brasil não possui qualquer das capacidades já mencionadas, a não ser os ativos oriundos do antigo programa espacial completo, cujo desenvolvimento ainda é incipiente. Felizmente, por obstinação de alguns poucos, ainda resistem: as instalações do Centro de Lançamento de Alcântara e Barreira do Inferno e a industrialização de foguetes, fornecidos até mesmo para a NASA, porém em uma escala muito baixa.

Logicamente, construir um sistema de tal complexidade demanda tempo, investimentos em pesquisas, formação e qualificação de recursos humanos e aplicação significativa de recursos materiais.

Ao comparar a situação brasileira com a da China, do Japão, da Índia, da República da Coreia e outros que começaram seus programas espaciais na mesma época ou depois de nós, constata-se um inquietante atraso de décadas.

Para se ter uma ideia, a República da Coreia emprega cerca de dez dólares/ano por habitante no seu programa

espacial e estão se preparando para dobrar o orçamento, lembrando que o país possuía, em 2013, cerca de 50,21 milhões de habitantes. Mesmo assim, trata-se de um décimo do que gastam França e Japão.

Sabemos que será impossível, em pouco tempo, atingir o patamar já alcançado por países com a mesma estatura político-estratégica do Brasil. Há um grande lapso imposto por anos de ausência de prioridade ao programa espacial brasileiro, somado, recentemente, ao atraso, e consequente descontinuidade do programa binacional Brasil-Ucrânia.

Por isso, urge não apenas buscar parcerias, mas principalmente uma nova forma de gerir um programa espacial *perene*, que seja capaz de novamente colocar o Brasil na importante rota da corrida espacial, e assim trazer conhecimentos, reduzir o tempo de pesquisa e desenvolvimento. O sucesso no estabelecimento de um programa desse tipo, no entanto, passa primeiramente pelo entendimento do Governo Federal do POR QUE e COMO fazer algo tão complexo e importante para nosso futuro.

Um suporte de cunho político-econômico é de suma grandeza. Caso não haja uma legislação específica que permita uma gestão flexível de contratação de pessoal e a aquisição de material de tecnologia no *estado da arte*, bem como um projeto voltado a centralizar as ações, integrando-as aos centros de pesquisas e ao terceiro setor, não teremos um lugar de respeito nesse cenário.

O papel do Estado é o de viabilizador e indutor. Ações isoladas em diversos ministérios, competindo pelos poucos recursos disponíveis em projetos dispersos, em nada contribuirão para o sucesso dessa empreitada.

É fato que criar essas condições não será fácil, tampouco simples, mas é crucial para o desenvolvimento e a

segurança do Brasil. Estamos ainda muito longe do que já poderia ter sido realizado. Não por falta de competência técnica, mas por falta de prioridade no orçamento e entraves burocráticos e administrativos.

Como exemplo, citamos a exigência do cumprimento da Lei nº 8.666 em programas de alta tecnologia, em que o sigilo é parte da estratégia e os necessários materiais e recursos humanos são raros, caros e controlados por quem não deseja mais sócios nesse fechado clube, fato agora atenuado pela Lei nº 13.243, de incentivo à inovação, aprovada em 11 de janeiro de 2016.

Será muito importante para o país reforçar um projeto de desenvolvimento em grande escala, que busque agregar valor aos produtos comercializados, indo além apenas do resultado proveniente das *commodities*, que flutuam em função do mercado. Nesse aspecto, as áreas de defesa, controle e exploração do espaço são muito importantes e rentáveis. Considerando que a Humanidade, infinitamente, irá à busca do ambiente estelar, encontraremos na área espacial um nicho de potencial ilimitado, se começarmos com a necessária prioridade desde já. Não podemos esquecer que grandes empresas internacionais trabalham em projetos com o objetivo de prover um serviço de internet de banda larga com alcance global. Para isso, seria necessária uma constelação com mais de 700 satélites de órbita baixa, o que projeta um mercado promissor para países que detenham a tecnologia de lançar e construir estes equipamentos. O Brasil não pode ficar à margem desse movimento.

A capacidade de comando e controle e a estrutura resiliente podem ser mais bem obtidas pela criação de uma organização governamental onde os atores civis e militares operam de forma conjunta e centralizada, fator imperativo

para que não haja dispersão de meios, e as ações beneficiem a todos os usuários, de forma rápida, coordenada e, principalmente, econômica.

A organização a ser criada deve ainda realizar operações de acompanhamento, monitoramento, coleta e análise de dados de interesses nacionais, que irão prestar-se também ao combate de problemas globais de saúde, fome, pobreza, educação, segurança elétrica, mudanças climáticas e redução de riscos de desastres naturais.

Deve ainda desenvolver táticas e técnicas de controle, bem como testar doutrinas e procedimentos para garantir o uso comercial e militar do espaço. Além disso, fornecer suporte às decisões dos órgãos superiores nos casos de possíveis usos de meios contra seus ativos, bem como trabalhar para evitar colisões, agindo como uma torre de controle espacial.

Para fazer frente a esse enorme quebra-cabeça, a FAB dispôs-se a responder por ele e, no momento, busca o apoio político-econômico na esfera dos Poderes Legislativo e Executivo Federal para criar a ALADA – uma empresa pública, vinculada ao Comando da Aeronáutica, que pretende reiniciar a grande jornada rumo ao Espaço, encetada em 1956 e até hoje incompleta, se considerarmos apenas o Moderno Programa Espacial Brasileiro.

A concepção da ALADA propõe uma forma de gestão diferente dos programas até então, estabelecendo os seguintes objetivos e estratégias na sua Lei de criação:

- incentivar a busca pela tecnologia, centrada na indústria aeroespacial e de controle do espaço, com interesse no desenvolvimento de novos projetos e na sua comercialização, tais como: de atuadores críticos, sensores, sistemas de propulsão, redes de satélites etc.;
- aumentar substancialmente o

valor agregado nos produtos comercializados;

- prestar um maior suporte às ações existentes;

- retornar os recursos gerados para financiar projetos de INOVAÇÃO tecnológica no campo aeroespacial e de controle do espaço;

- diminuir os riscos de negócio das indústrias parceiras desenvolvedoras, baseando-se as tecnologias em produtos de uso dual e em nichos competitivos para a venda de produtos e serviços;

- centralizar as ações do governo, com foco no cumprimento do Programa Nacional de Atividades Espaciais, e integrá-las aos institutos de pesquisa e à indústria, de modo a aproveitar essa sinergia para participar fortemente do mercado;

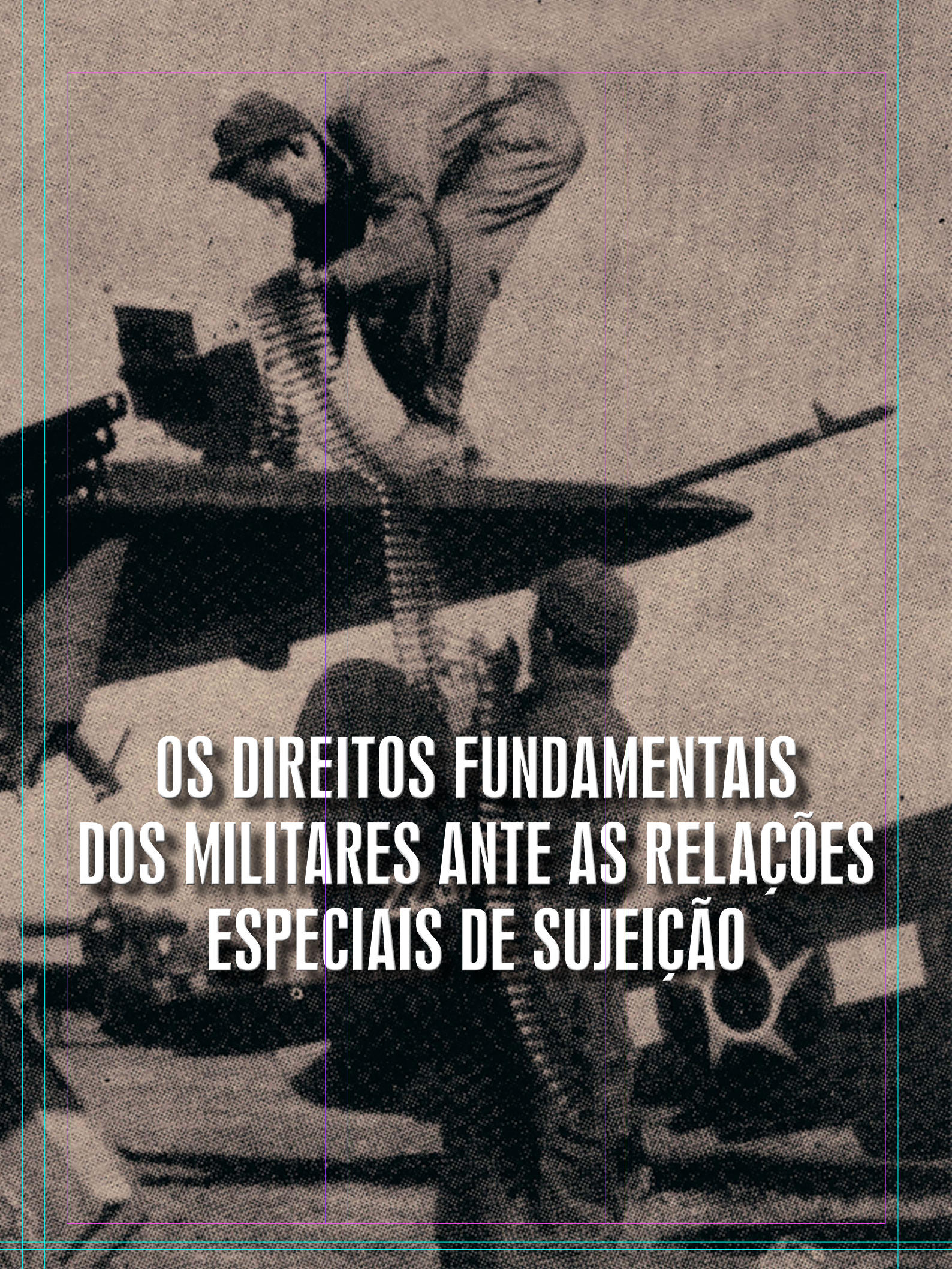
- exercer a liderança no desenvolvimento e na comercialização dos produtos e serviços gerados, até que o Terceiro Setor esteja habilitado a assumir todo o processo.

A política e as estratégias da ALADA são claras, consistentes, transparentes, simples, previsíveis, responsáveis e aderentes aos compromissos internacionais assinados pelo Brasil.

A ALADA irá pavimentar o futuro da nova era espacial brasileira, não apenas garantindo melhoria absoluta na área da segurança e defesa nacionais, mas também contribuindo inexoravelmente para o desenvolvimento do Brasil.

O bom início do empreendimento dependerá da importância e do entendimento a ser dado por parte do governo federal. A garantia do sucesso advém da experiência, competência e vontade ímpar da Força Aérea Brasileira em vencer esse desafio.

Se o homem começou a evoluir, de fato, quando olhou para o Céu, nosso país vai realmente garantir o desenvolvimento e a efetiva soberania quando olhar para as Estrelas ■



OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS MILITARES ANTE AS RELAÇÕES ESPECIAIS DE SUJEIÇÃO

A Constituição Federal Brasileira, ao dispor sobre as Forças Armadas, estabeleceu como pilares de sua organização e funcionamento a hierarquia e a disciplina. Tais princípios traduzem-se juridicamente em um conjunto de restrições normativas ao espaço do cidadão militar, na medida em que lhes comina uma série de servidões que restringem o exercício dos direitos fundamentais.

Da leitura do art. 142 da Carta Política Pátria, observa-se que várias dessas limitações foram estatuidas pelo próprio Poder Constituinte Originário. Cite-se a vedação à impetração do *habeas corpus* contra punições disciplinares; a proibição de sindicalização e greve, a prisão administrativa sem ordem judicial, dentre outras.

Tais diferenças de tratamento, por vezes, materializam-se em conflitos principiológicos que, ao serem sopesados, poderão comprimir direitos clausulados como pêtrees, em desfavor dos integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

E é por essa razão e não outra, que o Direito Castrense inadmitte institutos típicos de proteção ao indivíduo na esfera criminal, tais como a subsidiariedade, a fragmentariedade e a intervenção mínima, verdadeiros dogmas do Direito Penal Comum. Medidas despenalizadoras não são, igualmente, aceitas.

Está-se diante do poder legal de restrição, a projetar-se sobre pessoas em situação especial para com o Poder Público, sendo, conseqüentemente, tratadas de maneira diferenciada das demais quanto à fruição de determinadas garantias.

Nesse contexto, cumpre perquirir a latitude do âmbito de proteção e a fixação precisa dessas contenções no universo militar.

Tem-se como certo que o âmbito de proteção designa o alcance da garantia jusfundamentalizada, aquilo que por ela é concebido, abrangendo a definição do

pressuposto fático do direito, ou seja, a descrição do bem protegido. Contraposto ao âmbito de proteção está o conceito de restrição ao direito fundamental que, de modo genérico, consigna afetações desvantajosas, redutoras do espectro do amparo.

Inicialmente, importa ressaltar que as relações especiais de sujeição passaram ao largo do abrigo constitucional no passado.

Antes, a teoria dominante as excluía do alcance geral de tutela legislativa. Os vínculos específicos e fortes que ligavam determinadas pessoas à Administração lhes outorgavam um sistema de relações, nas quais o dever de obediência repelia a possibilidade de invocação de dispositivos legais. O fim perseguido pela *potestas* pública determinava que se operasse numa base de confiança, eficiência e disciplina, inconciliáveis com o privilégio exclusivamente individual do gozo de tutelas jurídicas assecuratórias. A preservação de bens e interesses comunitários vinculados à função exercida pelo indivíduo justificava a constrição.

Com o passar do tempo a teoria norteadora do tema evoluiu, ensejando o estabelecimento de doutrinas heterogêneas, uma das quais propugna que a compressão da fruição das fianças constitucionalizadas era indispensável para a manutenção da relação especial de poder e outra entendendo não ser a limitação essencial, devendo a pessoa ser considerada como comum, não submetida a tratamento diferenciado, inadmitindo, por conseqüência, garantias restringidas.

Hodiernamente é assente que os cidadãos regidos por estatutos especiais não renunciam a seus direitos, nem se associam voluntariamente a um estatuto de sujeição produtor de contenções. O que caracteriza tal situação é o fato de determinadas relações profissionais e de

vida serem disciplinadas por um estatuto específico. Esse estatuto, contudo, necessita estar vinculado à Lei Maior.

No Brasil, tanto os direitos fundamentais quanto as relações mantidas entre o sujeito e o Estado que gerem a diminuição do âmbito de proteção, hão de respaldar-se na Constituição. Por outras palavras, as relações especiais de sujeição ostentam feição vinculada, cingidas que estão aos parâmetros máximos que comandam a atividade pública.

Nesse contexto, concernente aos militares, a Norma Fundamental coarctta faculdades e poderes específicos, devidamente justificados em face das atribuições por eles exercidas. A vedação à sindicalização, a impossibilidade de realização de greve, a proibição de filiação partidária e a prisão fora do flagrante sem ordem fundamentada do juízo exemplificam.¹

Decorrem da necessidade de disciplina firme dentro dos quartéis. Grupos de homens armados, sujeitos a equívocos e falhas humanas, não podem ficar sem controle e acompanhamento de suas ações profissionais. O militar, devido à ampla faculdade que dispõe em seu “poder dever”, deve estar submetido a rígido controle.

Certo, porém, que as experiências de conflito entre valores ou bens jurídicos constitucionalizados permitem afirmar a ausência de direitos absolutos. A razão prescinde de exegese; é porque qualquer deles não pode deixar de ser limitado, no mínimo, pelo espaço necessário aos direitos das outras pessoas. Aliás, nesse sentido, a própria Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, assim estabelecia no art. 4º. *Verbis*:

A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não seja prejudicial a outrem; assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem só tem por limites os que garantam aos outros membros da sociedade o gozo desses mesmos direitos. Esses

limites só podem ser determinados por lei.

Vê-se que um preceito do século XVIII já identificara conceitos contemporâneos que circundam a ideia de constrição e ponderação, ao proclamar garantias universalizantes, na maior e mais significativa Declaração até hoje firmada.

Não obstante e sem embargo do enraizamento histórico liberal, exsurtem dilemas. Gomes Canotilho entende que só há falar em **restrição de direitos** diante de uma efetiva limitação do âmbito de proteção dos próprios. Dito de outro modo, somente depois de determinado o respectivo conteúdo e identificados os limites que enquadram a zona da ação normativa é que se pode aquilatar o tipo, a natureza e os fins do condicionamento.²

Por seu turno, Jorge Miranda adverte que uma das tarefas mais árduas e melindrosas é estabelecer o que seja “conteúdo essencial” dos dispositivos magnos ou dos direitos, liberdades e garantias neles consignados. Identificá-lo e defini-lo revela enorme dificuldade e nunca é consensual e pacificamente delimitável.³

Nesse particular, apesar do conteúdo essencial radicar-se na Carta Política, mas não estando por nela pré-definido, ele só se torna apreensível a partir da intervenção do legislador ordinário, pelo que sua delimitação faz-se, muitas vezes, a partir das regras infraconstitucionais.

Em se tratando do Direito Militar, são os códigos, regulamentos disciplinares e leis pertinentes que acabam por precisar o que seja hierarquia e disciplina e, consequentemente, por comprimir mecanismos assecuratórios fundamentalizados pela Lei Maior.

A pergunta, então, é como ficaria a garantia do conteúdo essencial, mormente considerando que a Constituição Brasileira não outorga autorização geral de restrição de direitos, liberdades e garantias, tal como o fez a Constituição Alemã e Espanhola?

A resposta está no sopesamento de valores, o mesmo que serviu para determinar a relevância das instituições que ensejariam as limitações.

À vista da teoria relativa que propugna a concordância prática e a ponderação,

possibilitada está a concreção dos direitos sem tornar impraticáveis os estatutos especiais. Exsurgindo conflitos aparentes há que se aquilatar o que revela na espécie o maior peso, podendo ocorrer a cedência parcial ou mesmo total do conteúdo essencial da norma a depender da situação.

Afinal, a finalidade legitimada das restrições é a salvaguarda de outros bens jurídicos ou interesses magnos.

Às Forças Armadas incumbe a defesa da Pátria, a garantia dos Poderes da República, da lei e da ordem, sem olvidar-se que o desenvolvimento da política de segurança se insere, contemporaneamente, em um contexto estratégico mais alargado, em favor de uma defesa integrada para gerir crises no cenário internacional. Seu papel tradicional vem se transmutando para alcançar missões humanitárias, de manutenção ou de imposição de paz.

Neste cenário, a proporcionalidade, conhecida como o princípio da proibição do excesso, sublima a ideia de que as intervenções em preceitos pétreos são possíveis quando idôneas, necessárias e adequadas.

Segundo a doutrina alemã, para que a conduta estatal observe a proporcionalidade há de revestir-se de um triplice fundamento; a adequação, significando que o meio empregado na atuação deve ser compatível com o fim colimado; a necessidade, a traduzir-se na existência de outro mecanismo menos gravoso ou oneroso para alcançar o fim público; e a proporcionalidade estrito senso, a saber, as vantagens a serem conquistadas devem superar as desvantagens.⁴

Haverá violação ao princípio nas hipóteses em que os meios destinados à realização de um fim não são, por si mesmos, apropriados, ou quando a desproporção entre eles for particularmente evidente. A proporcionalidade pretende balancear a justa medida do sacrifício imposto pela intervenção, a fim de possibilitar o controle do excesso.

Ela propugna a menor ingerência possível, a alternativa menos gravosa, de modo a aperfeiçoar o grau de eficácia dos direitos individuais frente às constri-

ções estabelecidas concretamente pelos poderes públicos. Obriga a comparar as medidas restritivas aptas à satisfação do objetivo perseguido e, por decorrência, eleger, dentre todas, a menos lesiva ao cidadão.

À proporcionalidade agregue-se a equidade; o dever e a necessidade de tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades, um preceito que não requer tratamento idêntico, mas igual consideração. Agregue-se, outrossim, o postulado da isonomia, a descortinar-se como método interpretativo, devendo o juiz dar sempre à lei o entendimento que não crie privilégios de espécie alguma.

Tal como exposto, a medida ideal de justiça nas punições disciplinares e criminais dos militares, há de resguardar os princípios basilares das Forças Armadas – a hierarquia e disciplina – tão caras ao *ethos* estatal, sem olvidar as garantias mínimas do cidadão fardado.

É o que se impõe aos Estados bem ordenados, pautados por uma cultura cívica e política comprometida com a segurança nacional, a legitimidade jurídica e o regime democrático ■

Notas

1 - *Também com relação aos magistrados, o art. 95, da Constituição Federal, veda que eles exerçam ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério; se dediquem à atividade político-partidária; recebam a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei; exerçam a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.*

2 - GOMES CANOTILHO, J. J. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 5. ed. Coimbra: Almedina, 2002. p. 1.258.

3 - MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2000, Tomo IV. p. 340.

4 - CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris, 2005. p. 23.

A FELICIDADE DO INFELIZ

Enviado por
José Macedo Filho
Diácono
macedo.filho@uol.com.br

Pouco antes de morrer, praticamente cego, Giovanni Papini ditou as reflexões com o título acima para serem publicadas logo após a sua morte, como testemunho espiritual de sua fé e última mensagem dirigida ao mundo. Eis o texto:

“Fico surpreso, às vezes, por causa de tanta gente surpresa por ver minha calma no estado miserável ao qual me reduziu a doença. Perdi o uso das pernas, dos braços das mãos e tornei-me cego e quase mudo. Não posso, portanto, caminhar, nem apertar a mão de um amigo nem escrever sequer o meu nome... mas é preciso não menosprezar o que me ficou: é muita coisa e é melhor.”

“É verdade, sim, que as coisas e as pessoas me aparecem como formas indeterminadas e apagadas, quase como fantasmas através de um véu de névoa cinzenta. Mas também é verdade que não estou condenado às trevas totais: ainda consigo gozar da alegria invasão do sol e da esfera de luz que se irradia de uma lâmpada. Posso também enxergar de certo modo, quando se aproximam bem do olho direito, as manchas coloridas das flores e os traços de uma fisionomia.”

“Não é só isso. Tenho sempre a alegria de poder escutar as palavras de um amigo, a leitura de uma bela poesia ou de uma bela história; posso ouvir o canto melodioso ou uma daquelas sinfonias que dão um calor novo a todo ser.”

“E isso tudo não é nada em comparação dos dons ainda mais divinos que Deus me

deixou. Salvei, ainda que a preço de guerras cotidianas, a fé, a inteligência, a memória, a imaginação, a fantasia, a paixão de meditar e de raciocinar e aquela luz interior que se chama intuição e inspiração. Salvei, também, o afeto dos familiares, a amizade dos amigos, a faculdade de amar até mesmo aqueles que não conheço pessoalmente e a felicidade de ser amado por aqueles que só me conhecem através das obras. E ainda posso comunicar aos outros, embora com martirizante lentidão, os meus pensamentos e sentimentos.”

“Se eu pudesse mover-me, falar, ver, escrever, mas tivesse a mente confusa e obtusa, a inteligência entorpecida e estéril, a memória lacunosa e lenta, a fantasia esvaecida e frouxa, o coração árido e indiferente, o meu futuro seria infinitamente mais terrível. Eu seria uma alma morta dentro de um corpo inutilmente vivo. De que me serviria possuir um linguajar inteligível, se eu nada tivesse a dizer? Sempre sustentei a superioridade do espírito sobre a matéria: eu seria um burlador e falsário se agora, chegando ao ponto da prova dos nove, mudasse de opinião sob o peso dos sofrimentos. Sempre preferi o martírio à imbecilidade.”

“E, já que estou em atitude de confissão, desejo ir além do verossimilhante e atirar-me até o incrível. Os sinais essenciais da juventude são três: a vontade de amar, a curiosidade intelectual e o espírito agressivo. Não obstante a minha idade e apesar dos meus azares, sinto muito fortemente

a necessidade de amar e ser amado; tenho o desejo insaciável de aprender coisas novas em todos os domínios do saber e da arte, e não fujo da polémica ou do assalto quando se trata de defender os supremos valores.”

“Por muito que possa parecer ridículo delírio, tenho a temeridade de afirmar que me sinto ainda hoje carregado, no imenso mar da vida, pela maré da juventude.” (*La felicità dell'infelice*. Firenze, Vallecchi, 1956)

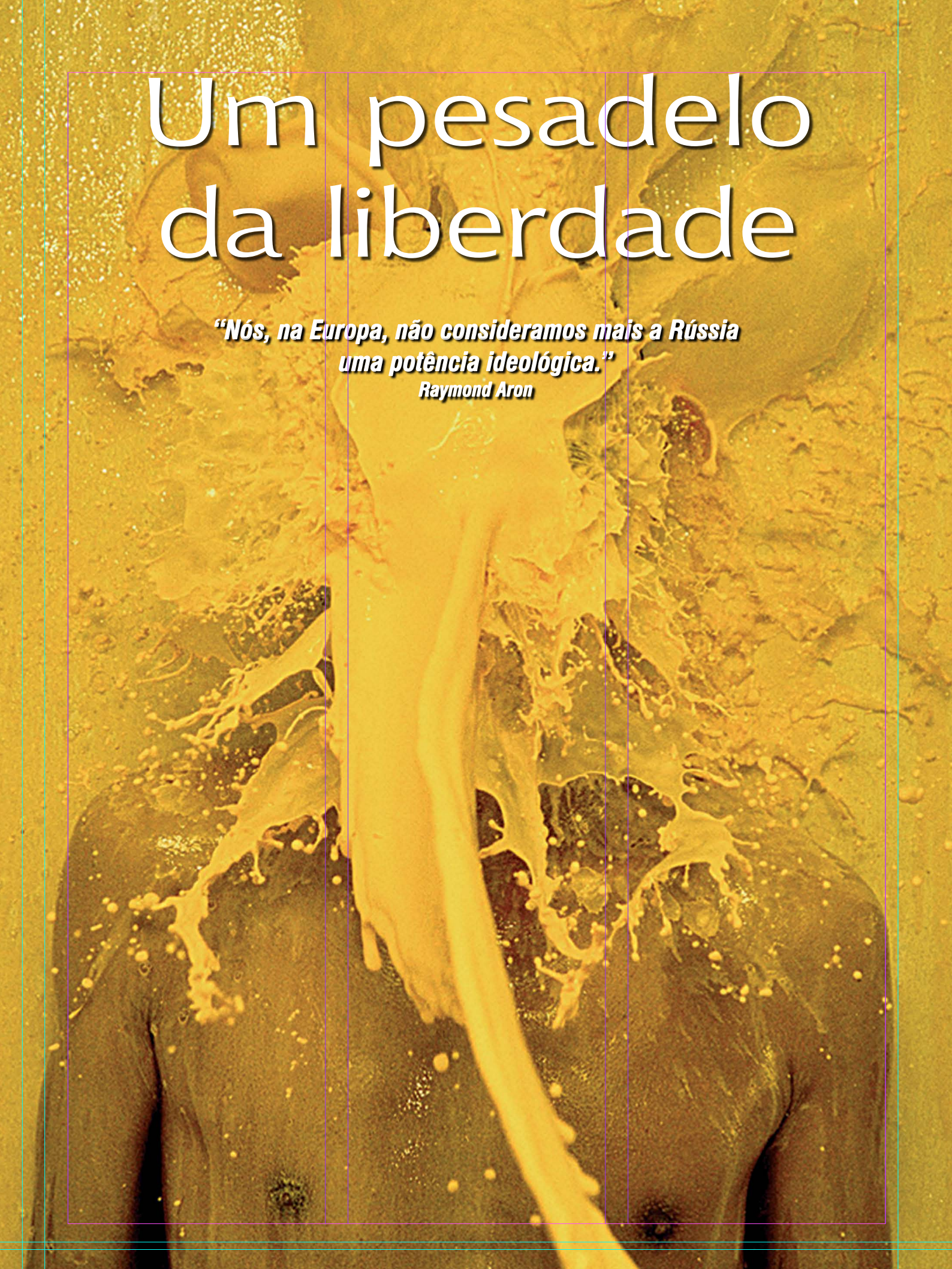
Comentário de D. Estevão Bettencourt:

O testemunho de Papini é altamente significativo. Merece ser lido e relido, pois encarna exatamente tudo quanto foi dito até aqui em termos abstratos. Constitui a autêntica imagem da juventude conservada até o fim da vida. Se outrora tivéssemos perguntado a Papini qual a força que o sustentava tão juvenil, ele nos teria respondido que não somente a filosofia e o bom senso, mas também, e principalmente, a fé em Cristo o revigorava interiormente. Nenhuma mensagem é tão possante quanto o Evangelho para entreter a força de alma e nenhuma é tão viva quanto a vida de Cristo, que padeceu, morreu e ressuscitou precisamente para comunicar aos seus discípulos a vitória sobre o sofrimento e a morte. Por isto, dizia muito a propósito Santo Agostinho: “Procurai, ó jovens, o Cristo, para que permaneçais jovens!”... esse Cristo que Paulo VI, em sua mensagem aos jovens por ocasião do encerramento do Concílio, chamou “O GRANDE VIVENTE, O CRISTO ETERNAMENTE JOVEM” ■

Um pesadelo da liberdade

***“Nós, na Europa, não consideramos mais a Rússia
uma potência ideológica.”***

Raymond Aron



**Reprodução de matéria veiculada
na Revista Aeronáutica 129, em 1981**

Quando Raymond Aron, o experiente e acatado pensador político francês, passou pela Capital Federal, a convite da Universidade de Brasília, no seu meritório programa de contatos com a intelectualidade mundial, tive a oportunidade de ouvi-lo. Numa de suas conferências coloquei a seguinte pergunta: “Sabendo-se que há no meio dos intelectuais da atualidade a constatação de que o comunismo é cada vez mais uma quimera, alimentada pelas próprias contradições que criou, poderíamos considerar este fato como favorável ao Ocidente, já que esta ideologia era o grande trunfo do Imperialismo Soviético?”. Respondeu-me o mestre: “Nós, na Europa, não consideramos mais a Rússia uma potência ideológica”.

Esta resposta sintetiza uma situação que nos transmite sensação de otimismo com relação ao mundo das democracias livres. Tudo começou no após Segunda Guerra Mundial, em que houve o grande confronto entre a Liberdade e o Despotismo. De há muito a Humanidade livre vinha, sob tensão crescente, sofrendo o assédio do Absolutismo. Viu surgir, na Rússia, o Comunismo; na Itália, o Fascismo; na Alemanha, o Nazismo; e, em muitas outras regiões, os eternos imitadores. No grande conflito da década de 40, o jogo era da vida ou morte para o homem livre. Este venceu, e, vitoriosa a liberdade, era natural que as grandes tensões acumuladas se extravasassem numa euforia incontida que gerou os anos de após guerra, marcados por um excesso da liberdade. Esta, descontrolada, caminhava para o suicídio, e, enfraquecida, de pronto sofreu o ataque impiedoso do Comunismo, o qual, paradoxalmente, era ajudado pela direita na sua tradicional aversão pelas democracias. O Comunismo, então, avançou, não pela sua força, mas pela fraqueza da presa, exaurida pelos seus excessos, sem alento para se contrapor às investidas dos extremismos. Por isto vimos, também, a consolidação de outros regimes de força.

Na década de 60 houve o despertar. A inteligência do mundo livre apercebeu-se da armadilha em que caíra. Os pensadores, eternos condutores da Humanidade, puseram-se a campo, na missão redentora da liberdade. Do povo russo, surgem os dissidentes na esteira de um Soljenitsin, com seu grito heróico em

defesa da dignidade do homem. Outros, ou se levantam, ou se convertem em todas as partes do mundo, engrossando as fileiras dos que haviam resistido ao lado da liberdade. De um Raymond Aron, que há muito já havia dado o seu brado de alerta no livro execrado pelos comunistas deslumbrados e eufóricos dos anos 40, e hoje obra consagrada: *Comunismo, o Ópio dos Intelectuais*. Este despertar generaliza-se como que numa reação em cadeia. Outro pensador dissidente, Leszek Kolakowski, expulso do Partido Comunista Polonês, em 1966, após 20 anos de militância, inclusive na alta direção, mostra-nos a sua frustração quando diz: “O marxismo tem sido a maior fantasia do nosso século”; e, mais adiante: “Uma igualdade absoluta pressupõe um despotismo absoluto, mas o despotismo pressupõe desigualdade”. Quando disse isto, certamente o Sr. Kolakowski tinha em mente os fatos divulgados há pouco por outro dissidente russo, em livro de grande repercussão, intitulado: *Nomenclatura e os Privilegiados na Rússia*, que denuncia ao mundo o surgimento de uma classe específica, no universo supostamente sem classes do Marxismo.

Tudo isso, mais a inércia da ideologia; os vícios da oligarquia partidária; a gerontocracia implantada; a reação do operariado polonês; a efervescência em outros países subjugados; a instabilidade ideológica da China; as últimas derrotas eleitorais dos PC de democracias livres; o recuo do socialismo em certas áreas; e, em contrapartida, a promissora revitalização de um sentido mais espiritual da vida em muitos segmentos das sociedades, são indícios de que a balança tende a pender a favor da liberdade, cujas forças se realimentam e se expandem na sua inerente fermentação criadora.

Razão tinha o velho examinador jovem Aron na Sorbonne, quando nos idos de 30, vendo o seu examinando muito preocupado com o mundo que desabava sobre a liberdade, o tranquilizou com as seguintes palavras: “Moço, não se aflija tanto, porque a democracia sempre há de vencer”.

O pesadelo foi grande, o susto, ainda maior. O que sobrou, porém, foi uma grande lição. O risco, pelo qual a liberdade passou, foi por demais convincente. Nunca, como agora, cabe lembrar o lapidar pensamento: “O preço da liberdade é a eterna vigilância”. Não apenas a vigília contra os inimigos dela; mas antes, e acima de tudo, contra os seus próprios excessos, pois estes constituem a

única força dos seus opositores. A liberdade é como a água. Quando falta, mata de sede; quando é demais, afoga.

Desde há muito a Humanidade disso se apercebeu. Para se opor a esses inconvenientes, o homem tinha dois caminhos: o arbítrio ou a lei. O arbítrio conduz ao liberticídio. Só resta, então, a lei. Isto levou o grande Jean Jacques Rousseau a proclamar, no *Contrato Social*: “A liberdade compartilha do destino das leis, reina ou perece com elas”.

No reinado das leis, desempenha papel de suma importância o Judiciário. No seu aparelhamento e na sua presteza repousa a sua eficiência, base da confiabilidade que dará às leis a majestade imprescindível. Em nosso país, há que se desenvolver uma conscientização nesse sentido. A atual Lei Orgânica da Magistratura, de aprovação recente, proporciona condições para que, democraticamente, se aperfeiçoe a nossa Justiça.

Em seu artigo 98, por exemplo, estabelece o seguinte:

Art. 98 – Quando o regular exercício das funções do Poder Judiciário for impedido por falta de recursos decorrente de injustificada redução de sua proposta orçamentária, ou pela não-satisfação oportuna das dotações que lhe correspondam, caberá ao Tribunal de Justiça, pela maioria absoluta de seus membros, solicitar ao Supremo Tribunal Federal a intervenção da União no Estado.

Este preceito, como outros da referida Lei, destinam-se às Justiças Estaduais, justamente aquelas que, mais de perto, servem os cidadãos comuns. Cada um, portanto, deve, junto aos seus representantes estaduais, pugnar para que cada estado, pelo seu Executivo e pelos seus Tribunais, trate de aperfeiçoar ao máximo a sua Justiça. Acredito que, com o tempo, tal aperfeiçoamento será dinamizado, pois já se fazem sentir, no Campo Federal, os efeitos dos propósitos da Lei acima. Paralelamente, há uma preocupação crescente com a atualização de determinados códigos. Na Justiça Militar, a que pertencço, posso dar o testemunho de que muita coisa tem melhorado.

Se nos conscientizarmos de que liberdade é obediência à lei, como Rousseau preconizou, e que o império da lei está na dependência de uma Justiça eficiente, então podemos viver tranquilos, certos de que se confirmará a previsão do velho mestre da Sorbonne: a Democracia sempre vencerá e, com ela, a Liberdade ■



ESTADOS

comprometimento da soberania e autodeterminação

Manuel Cambeses Júnior

Cel Av

mcambesesjr@gmail.com

Membro emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, pesquisador associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e conselheiro do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

O século XIX assistiu ao surgimento dos últimos grandes Estados. Nesse século não somente Alemanha e Itália fizeram seus aparecimentos no cenário mundial, mas, também, os Estados Unidos puderam realizar seu destino manifesto, transformando-se em um portentoso Estado continental.

O século XX, entretanto, conseguiu evidenciar as máximas expressões de estadolatria, com o aparecimento do fascismo e do comunismo, e, também, de importantes Estados surgidos do desmembramento dos impérios coloniais.

Acrescente-se que durante os cinquenta anos que durou a Guerra Fria, o mundo girou em torno de um sistema de relações interestatais centrado em dois grandes Estados. A última década daquele século, entretanto, transformou-se na era do ocaso dos Estados.

Em nenhum momento da evolução histórica da Humanidade os Estados se encontraram em tal condição de desprestígio. O novo Direito Internacional aponta para concepções, tais como: direito de ingerência, tutelas supranacionais, direitos humanitários e soberanias limitadas, todos os quais coincidem no desconhecimento da primazia estatal dentro da ordem internacional.

Por outro lado, o fenômeno da globalização vai carcomendo implacavelmente as funções dos Estados e as identidades sobre as quais estes se assentam ao mesmo tempo em que o fenômeno étnico e os fundamentalismos vão escavando suas bases de sustentação.

Observa-se que o poder que anteriormente os Estados detinham tende atualmente a fluir em três direções distintas: para cima, orientado aos organismos supranacionais e coletivos; para os lados, em direção às organizações não governamentais; e, finalmente, para baixo, dirigido a regiões cada vez mais autônomas.

Particularmente chamativo é o duplo processo de desmontagem que se opera sobre o Estado, desde as instâncias da globalização e do fundamentalismo. Sob o influxo da globalização, os Estados vão se desfazendo de boa parte das funções que os caracterizavam, adentrando em processos de privatização e abandono de serviços públicos. Cada vez menos, os Estados se distinguem das corporações privadas e, cada vez mais, vão se regendo pelas mesmas normas de competitividade.

Os cidadãos, crescentemente desassistidos e ansiosos, observam como ao seu redor tudo passa a reger-se pelas exigências e pela ética do capital privado. A inevitável erosão da lealdade do cidadão para com o Estado vê-se reforçada com o desgaste da identidade nacional que a globalização traz em seu bojo. É o resultado inevitável da homogeneização planetária.

De alguma maneira, o fenômeno globalizador vai pressionando o Estado, de cima para baixo, por meio de uma intensa ação asfixiante. A única resistência capaz de interpor-se a essa ação devastadora e implacável é representada pelos núcleos de identidades subsistentes, ou seja, os fundamentalismos e os etnicismos desatados, que conspiram sistematicamente contra os Estados, destruindo seus alicerces.

Paradoxalmente, a crise vivenciada pelo Estado tem vindo acompanhada do surgimento indiscriminado de novos Estados. Somente do desmembramento da União Soviética, da Iugoslávia e da

Checoslováquia surgiram 22 Estados independentes.

Não foi somente no velho bloco socialista, porém, que se produziu este fenômeno. Países considerados centrais no mundo ocidental, como Canadá e Bélgica, confrontam a mesma ameaça. O porquê deste fenômeno está intimamente ligado à própria crise do Estado. Quatro elementos centrais explicariam o processo em marcha: primeiramente, os núcleos radicais de identidade que buscam conformar Estados que atendam às suas particulares características. Em segundo lugar, a possibilidade de encontrar, em nível planetário, os elementos de complementaridade e integração que davam sentido ao Estado. Em outras palavras, na medida em que os Estados se integraram globalmente, e deixaram de ser unidades de auto-sustentação, torna-se possível que suas regiões componentes possam aspirar a uma existência independente. Em terceiro lugar, o próprio fato de que o êxito na economia global não é determinado pela quantidade de recursos naturais, mas sim pela qualidade de seus recursos humanos. Os segmentos e regiões mais avançados do interior dos Estados começam a ver, como uma carga desnecessária, os territórios e porções sociais mais atrasados, buscando desvencilhar-se deles. Em quarto lugar, sob a proteção dos organismos de segurança coletiva e do novo Direito Internacional, já é possível a subsistência de Estados débeis, tornando-se desnecessário o escudo protetor dos Estados mais fortes.

Em síntese, hodiernamente, a crise que os Estados enfrentam é a própria fonte de sua proliferação, ou seja, os Estados ampliam-se em quantidade, porém significam cada vez menos em termos de soberania e autodeterminação ■

OS CONSTRUTORES DA TERRA

Tudo para nós se dá no tempo. Por isso dividimos nosso passado em períodos, e a cada um atribuímos uma identidade. Da pré-história à pós-modernidade.

Mas os pós-modernos garantem que as durações acabaram. Jogaram fora o carbono 14. Fim da História. – Duvido. Mas não sei.

Sei que lá no nosso passado sempre houve os que nos disseram que horas são. Como é o tempo em que vivemos, sonhamos e amamos. Entre o instante fugaz da vida vivida e a eternidade, a existência tinha o sentido que eles nos ensinavam. Um sentido absoluto. Conseguíamos viver nossas vidas magnificamente comuns porque conhecíamos os valores que emprestavam sentido a viver. Havia construtores da terra que nos davam o chão. Andávamos pela terra que eles nos davam. E assim estava bem.

Os construtores da terra inventavam, com convicção e beleza, as balizas da vida. Os modelos pelos quais aprendíamos a ser, pensar, dizer e fazer o quê, sem termos consciência desses paradigmas, íamos todos os dias pensando, e fazendo, e dizendo, e sendo. Devemos o coração da nossa História aos construtores da terra. Eles também não sabiam, quando inventavam os valores de viver, que era isso que estavam fazendo. Pensavam que apenas compunham poemas e cantavam. Refletiam e sentiam raízes e fundamentos. Os poetas, filósofos e místicos foram, para nós, ocidentais, os construtores da terra.

Pensemos em Homero. Ele cantou uma guerra e uma viagem. Provavelmente era tudo o que queria. Mas um povo que

ainda não existia, o grego, criou-se em torno da Ilíada e da Odisseia. Viveu como se a luta fosse o sangue que os reuniria e manteria unidos no território que inventaram para si. Viveu também como se, no final das contas, o que definia a vida nessa terra fosse voltar para casa. Viajar o quanto fosse – e voltar. Voltar sempre, a maior viagem.

Pensemos em Sócrates. Ele se inquietou com sua ignorância. Não porque ela em si lhe pesasse. Mas um dia perguntaram ao deus quem era o mais sábio dos gregos, e Apolo disse: Sócrates. Ora, Sócrates era ignorante, isso era tudo o que sabia. Sabia também que o deus não mente. Sua aflição começou aí. Quando o banal da vida foi sacudido pelo extraordinário. Foi o que nos ensinou: que a vida só tem sentido se se movimentar maravilhadamente entre o ordinário e o inesperado. Entre a repetição e o súbito.

Pensemos em Abraão. Ele ouviu Deus, que o mandava procurar uma terra pacífica, onde um povo O honraria, e Ele o cobriria de bênçãos. “Sai da tua casa, da casa do teu pai”, disse Deus. E Abraão foi. Certamente pensava estar apenas cumprindo uma ordem incontornável, vinda do Altíssimo. A quem veio depois, ensinou que a paz e a bênção estão sempre a caminho, no caminho, não podemos dá-las como favas contadas. É preciso sair sempre da sua casa, da casa do seu pai. Ir para o deserto e encontrar Deus.

Pensemos em Jesus. Ele soube que era o Filho de Deus, do Deus de Abraão. E nosso irmão. E porque os pais amam seus filhos, e os irmãos deveriam se amar como o Pai os ama, ensinou-nos isto: “Amem-se uns aos outros como o Pai os ama”. Foi daí que nasceu a ideia extraordinária de que “todos irmãos” significa todos iguais

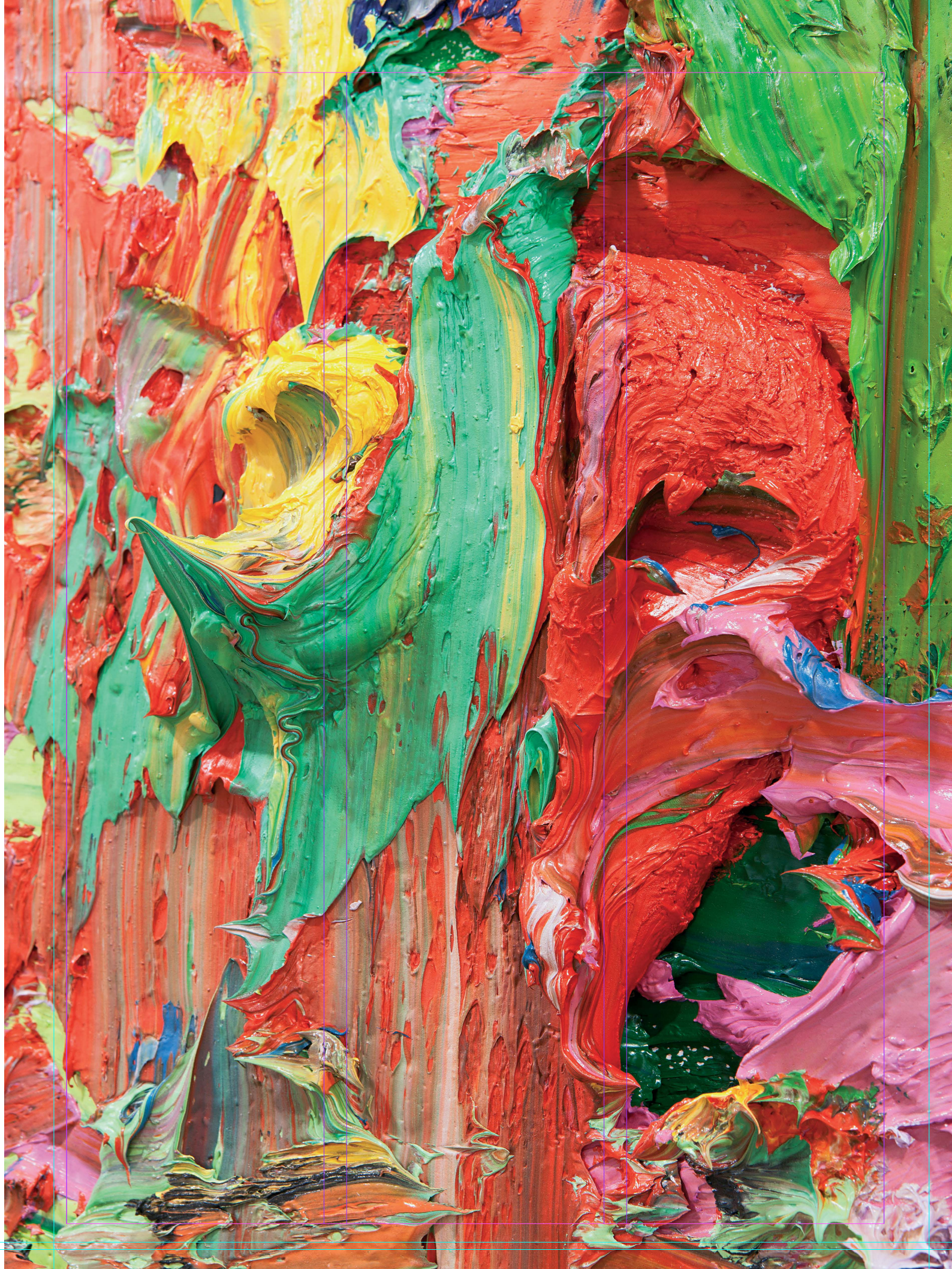
segundo o amor de Deus. E que em lugar de povos díspares devíamos criar uma humanidade única, filha do amor.

Poetas, filósofos, místicos, esses têm sido, para nós, os construtores da terra. Foi segundo o que extraímos deles – eles talvez não o soubessem, não o tivessem planejado – que ritmamos a nossa História. As nossas épocas. Em cada uma delas estivemos em casa e saímos de casa, porque tínhamos chão.

E hoje? Alguns nos dizem que tudo isso acabou. Nem a poesia, nem a filosofia, nem a mística são mais capazes de formular os nossos paradigmas de vida. Perguntam-se, as três, por coisas extraordinárias. Já não sabemos responder. Elas nos embarçam. Seu tempo passou. O tempo do sentido, da busca, da transcendência. Essas coisas não vendem. Ninguém compra. – Dizem assim, e não põem nada nesse lugar vazio. O mercado, o consumo. Francamente, não é a mesma coisa.

Mas ainda existem construtores da terra. Uns que começaram a correr há cinco séculos ao lado da filosofia, saltaram sobre ela e puseram sobre a vida régua, compasso e relógio. São os cientistas. Vão ao fundo da terra, às entranhas do corpo, aos limites do cosmos. Sua aventura é de uma enorme beleza. São invejáveis. Descobrem doenças e remédios, quase veem a Criação, viajam pelas estrelas. Povoam o imaginário de quem ainda se detém para imaginar.

Mas agora, diferentemente dos anteriores, eles precisam saber o que estão fazendo. O que de fabuloso suas contas dizem a nós, encolhidos no canto, com medo de que nada faça mais sentido. Os que temos sede de extraordinário. Os cientistas precisam olhar para nós. E serem atingidos pela nossa fragilidade diretamente no coração ■



A CONTRACULTURA E O COMPORTAMENTO POLITICAMENTE CORRETO

Filhos pródigos de um mesmo pai desnaturado

Jobert Rocha

Economista e Doutor
pela Universidade
de Madrid-Espanha

rochajober4@gmail.com



A contracultura, como todos sabem, consistiu em um movimento que se destacou na década de 1960, tendo por base a mobilização da juventude e a implantação, no seio desta, de um comportamento antissocial (supostamente de caráter libertário) de cunho contestatório. Sob o pano de fundo das condições políticas, sociais e econômicas da época, seus adeptos e idealizadores buscavam a transformação da sociedade, mediante uma mudança na atitude dos jovens e em seus próprios valores (mudança esta, por vezes, realizada por meio de ações bastante radicais), a fim de, por intermédio do questionamento dos conceitos e ensinamentos da civilização ocidental, chegar a uma transformação social e política dos países onde a contracultura havia encontrado campo fértil e se instalado, junto à juventude e ao meio estudantil.

A contracultura, a partir do pós-guerra, acostumou-se a reaparecer de tempos

em tempos e o seu papel na crítica social, tendo em vista a dialética das relações sociais e da evolução, não deixou de ser positivo: na década de 40 ela surgiu com o Existencialismo, de Jean Paul Sartre; na de 50, reapareceu na denominada *Beat Generation*; na de 60, retornou no Movimento *Hippie* e, na de 70, mostrou sua presença no Movimento *Punk*. Cada uma destas correntes caracterizou-se por comportamentos, costumes e valores distintos, roupas diferentes e músicas diversas, embora seus objetivos fossem sempre o mesmo, isto é, a contestação dos valores ocidentais vigentes.

O Comportamento Politicamente Correto, por sua vez, muito falado em todo o mundo e adotado em nosso país, na atualidade, está relacionado a uma nova abordagem política que busca estabelecer linguagem e comportamento (aparentemente neutros), de modo a evitar que possam ser ou que venham a ser ofen-

sivos ou preconceituosos com relação a pessoas de determinados grupos sociais, principalmente, em razão de raça, sexo ou religião. Neste contexto, sem que muitos se apercebam, está sendo estabelecida uma nova moral, desvinculada daquela de genealogia religiosa vigente no ocidente até então, sob a ótica eufemística do *Comportamento Politicamente Correto*. A expressão *Politicamente Incorreto*, por seu turno, trata de nomear formas de expressão e de comportamento, que procuram externar supostos preconceitos sociais sem receios de nenhuma espécie. Este conceito é entendido, por alguns acadêmicos ditos de esquerda, como uma forma de se expressar e um comportamento, considerados incorretos e utilizados por grupos conservadores de direita; enquanto o termo contrário seria aquele correto de que se utilizariam os liberais de esquerda. Os conceitos sobre aquilo que é ou não politicamente correto, entretanto, são estabelecidos pelos senho-

res no poder e pela ideologia dominante, sendo expressos por meio da Mídia para absorção pelas inocentes, despolitizadas e ignorantes massas populacionais.

Os críticos do *Politicamente Incorreto* o consideram fascista, enquanto os críticos do *Politicamente Correto* o acusam de patrulhamento ideológico de tendência marxista. Ambos os lados buscam denegrir um ao outro, em busca de um lugar nas mentes e nos corações dos nossos inocentes, incultos e pacatos cidadãos.

Dentre os poucos filósofos que se ocuparam do estudo acerca da Genealogia da Moral, Friedrich Nietzsche (1844-1900), filósofo alemão do século XIX, foi um dos que apresentou as ideias mais revolucionárias sobre o tema. Em sua obra *Genealogia da Moral*, o filósofo faz uma crítica à moral vigente em sua época, buscando responder a perguntas tais como: – Sob quais condições o homem inventou os juízos de valor contidos nas palavras bem e mal? Que valores possuem tais juízos? Eles estimularam ou impediram o desenvolvimento da Humanidade até os dias atuais? São eles sinais de indigência, de empobrecimento ou de degeneração da vida humana?

Os argumentos de Nietzsche, para tais respostas, foram utilizados pelos nazistas na época da Segunda Guerra Mundial, para defender as teses de supremacia racial alemã, o que fez com que alguns leitores, com pouca leitura, considerassem erroneamente Nietzsche como um precursor do nazismo.

Voltando, agora, ao Comportamento Politicamente Correto mencionado, vemos, na atualidade, que em tempos de Comunismo ateu ou simplesmente de ateísmo puro e simples, uma nova moral está sendo aos poucos estabelecida, não mais por critérios de ordem religiosa, mas por critérios de ordem política; até porque, o grande poder de que sempre dispuseram as religiões tem sido substancialmente reduzido, principalmente naqueles países, como o nosso, onde governos de tendência marxista assumiram o comando, já há algum tempo, e o Estado se diz laico. Por detrás da criação desta nova moral do *Politicamente*

Correto, como também da Contracultura, está, acreditem ou não, o Comunismo, que, como pai desnaturado, utilizando-se das técnicas desenvolvidas por Antonio Gramsci (fundador e secretário-geral do Partido Comunista Italiano) e fazendo uso da inversão do senso comum, busca promover uma transvaloração dos valores morais vigentes na nossa cultura, valores estes originários das culturas grega, romana e semita, que deram identidade ao ocidente.

Por intermédio da transvaloração dos valores vigentes (conforme mencionado por Nietzsche em sua obra citada, ou seja, fazendo com que o indivíduo passe a acreditar que o mal é um bem, que o vício é uma virtude e que esta é uma coisa viciosa), o que, sem dúvida alguma, através de técnicas Gramscistas já vem ocorrendo desde algum tempo (proporcionado pelas Mídias nativa e internacional), pelo incentivo e pela divulgação do denominado *Comportamento Politicamente Correto*, comportamento este que tenderia a substituir a moral ocidental tradicional, estabelecida pela Cultura e pela Religião, por uma nova moral a ser estabelecida, agora, pela Política.

Assim, a mesma transvaloração de valores apontada por Nietzsche com respeito à substituição da moral natural primitiva, das classes dominantes, pela moral religiosa que beneficiaria os dominados, sem dúvida, estaria ocorrendo com respeito ao estabelecimento daquilo que está sendo considerado como *Comportamento Politicamente Correto*, em tempos de uma nova ordem moral sendo implantada pelo Comunismo Ateu. Como exemplo, vemos que a Mídia, sustentada por verbas públicas e comprometida com os detentores do poder, nacional e internacional, não cansa de destacar e incentivar comportamentos considerados imorais (contrários aos bons costumes tradicionais) e amorais (afastados de quaisquer preocupações de ordem moral), *vis-à-vis* aqueles estabelecidos com base na moral tradicional fixada pela Religião. No presente, muitos vícios já são considerados virtudes e muitas virtudes consideradas vícios. Leis são feitas para

proteger ou acobertar comportamentos viciosos ou, até mesmo, criminosos. Muitos comportamentos imorais, antiéticos, delituosos ou criminosos já são tolerados ou aceitos pelas pessoas, pouco faltando para que sejam considerados comportamentos normais. No caso brasileiro, muitos intelectuais, empresários e militares, membros estes de uma elite patriótica e voltada para o nosso desenvolvimento sócio-econômico em bases democráticas e capitalistas, já começam a ter receio de se expressar ou de proceder de maneira considerada politicamente incorreta, temerosos de alguma represália ou, até mesmo, por acreditarem, já influenciados pela Mídia, que esta maneira de se expressar ou de proceder é realmente errada (igualmente como chegaram a acreditar os senhores da antiguidade, quando da substituição de sua moral natural pela implantação da moral religiosa, segundo afirmava Nietzsche). Como bem destacou aquele filósofo, através da transvaloração dos valores morais, o bem pode passar a ser considerado como um mal e este passar a ser considerado como um bem, por aqueles que conseguem ver os seus novos conceitos de moral vitoriosos, implantados e aceitos.

Finalmente, em razão de termos mencionado, no título deste ensaio, que a Contracultura e o Comportamento Politicamente Correto eram filhos pródigos, cumpre destacar o motivo desta afirmação. O vocábulo pródigo significa extravagante, desperdiçador e foi utilizado por Lucas (15:11-32), em seu evangelho, para relatar uma parábola de Jesus na qual o filho mais novo de um casal, após haver perdido a sua fortuna, voltava para casa e se arrependia de seu procedimento. Isto, certamente, é o que aconteceu com a maioria daqueles jovens que participaram dos movimentos de Contracultura das últimas décadas e acontecerá também com aqueles adeptos do atual Comportamento Politicamente Correto. Afinal, como já disse alguém: – “*Por trás de todo jovem comunista, que não mora em país comunista, tem sempre um pai burguês, capitalista, que paga pontualmente as suas contas...*” ■



Alfredo Severo Luzardo

Cel Av

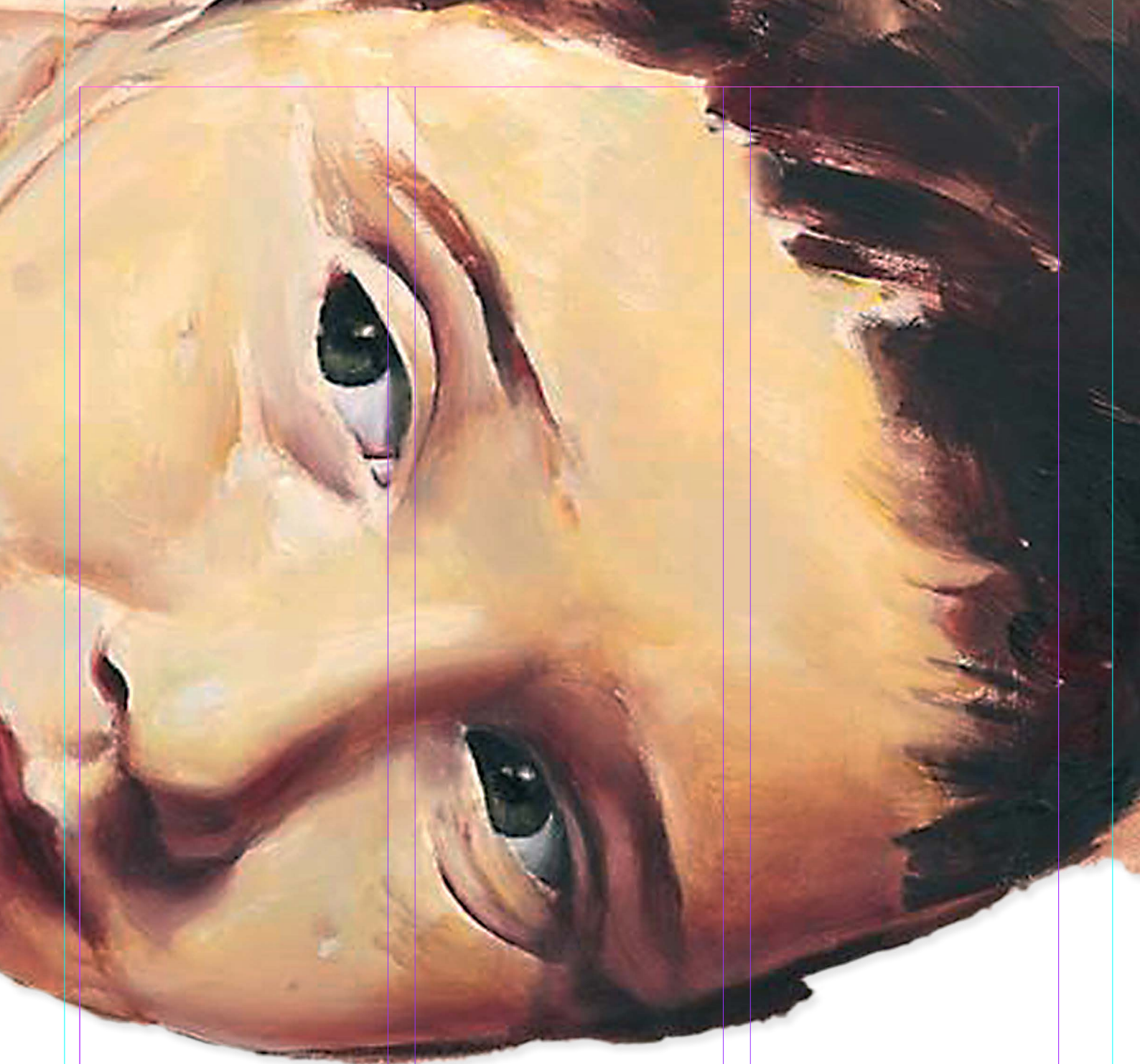
luzardo.as@terra.com.br

TEMENDO UM

Como será o amanhã? Ou mudamos o rumo do barco ou naufragamos ao encontro das rochas. Nesta situação o Brasil navega – sem um rumo seguro. Estamos vivenciando um descompasso socioeconômico e crítico, e o melhor é entendê-lo muito bem para corrigi-lo. Não podemos deixar que tais descabimentos que nos levaram a este mar de lama se repitam. Ao voltarmos ao passado e ajustando

as observações que acumulamos durante nossa vida, concluímos que a demagogia em excesso trouxe falsas esperanças às camadas sociais menos favorecidas e, enganadas, se venderam por essas ilusões. As facilidades das negociatas governamentais permearam as razões do bom senso e muito agradaram aqueles que participaram desses atos ilícitos certos da impunidade. O nosso nível de responsabilidade perante

essa situação é total, penso eu. Sobre tudo com aquelas demagogias que são propagadas aos quatro ventos e que tudo resolvem. É como e quando se pegam as distorções nas palavrinhas mágicas que chamam de *Democracia*, *Leis* e *Direitos Humanos e Sociais*. São termos muito interessantes do ponto de vista do seu perfeito entendimento. Ora, *Democracia* é a realização da vontade de um povo, já diziam os gregos



FUTURO SOMBRIO

que a criaram, pela voz de Aristóteles. Governo do povo! Pronto, resolvida essa questão, me pergunto: – Isso que estamos vivenciando será a verdadeira *Democracia* ou está mais para uma grande *Anarquia* fantasiada de *Democracia*? Nessa absoluta desordem, bem organizada por quem interessa, falta respeito, ética, justiça, moral e existe descrença nos tradicionais valores familiares, basilares da *Ordem e do Pro-*

gresso de qualquer nação organizada. Aqui os *espertos* são aqueles que levam sempre a melhor parte, pouco se importando com as regras sociais e nem com os aspectos da dignidade humana. Condicionam essa esperteza em sempre *se dar bem*. Não importam os meios, o que interessa é o fim. Para isso contam com a colaboração da *Casa do Povo*, o *Legislativo*, onde representantes do povo (muitos desses *repre-*

sentantes espelham a cultura e o caráter do povo), foram eleitos para a elaboração das leis que beneficiassem a sociedade e protegessem a Nação. Mesmo sem terem noção do que seja uma Nação. O comércio de leis é normal e algumas são compradas, torcidas e distorcidas, para exercerem um determinado papel em que só alguns serão beneficiados ou para a garantia legal de algo demagogicamente inescrupuloso.

Considerando a situação atual podemos afirmar, sem medo de errar, que muitas das nossas leis foram *fabricadas com interpretações dúbias e distorcidas*, até por intenções ideológicas. Não me convence que um parlamentar possa ser semianalfabeto, deva ter *imunidades* fora do âmbito do parlamento e possam possuir ficha policial suja ou respondendo processo na Justiça. Por outro lado, convivemos com uma *Justiça* no seu aspecto mais fragilizado, em que os valores humanos são transformados em moedas. O que mais vale é o quanto custa; o quanto se pode pagar por toda a degradação da moralidade e do caráter causada pelo **comodismo** impregnado nas pessoas de bem. As verdadeiras leis são feitas com o objetivo de uniformizar pensamentos para o bem estar de todos, independentes das suas diferenças, e não pensando em como alguém, governo ou determinados grupos e entidades, vão se *dar bem*.

Na Grécia antiga, *Democracia* era expressão da vontade da *elite culta*, supondo que essa *elite* era representativa da vontade de todos. Quem não participava dessa elite perdia peso reivindicador em suas pretensões. Paradoxalmente, a correção dessa discrepância vem com uma solução também milenar – a *Justiça* – com o objetivo principal de regular o cumprimento das leis que podem ser as *criadas* ou as originadas pelos *costumes*. Os *Dez Mandamentos da Lei de Deus* são um exemplo típico disso ao reger o comportamento cristão. É a *Constituição Cristã*. A nossa *Constituição Cidadã* ainda permanece muito desregulamentada. Uma verdadeira colcha de retalhos. É enorme e só legisla em cima de direitos e mais direitos. Para cada direito deveria corresponder um dever. Atualmente abundam direitos para os **desumanos** e deveres para os **humanos**. O povo é descuidado, egoísta e tem a visão comodista de não se importar com nada que não o atinja diretamente. Teoricamente, ao se estabelecer um poder regulador do comportamento de uma sociedade, independente do regime que a controle, será sempre a *Justiça* o *pilar básico* de qualquer sociedade organizada. Ela é

chave mestra do sucesso e da estabilidade de uma sociedade livre, cumpridora das leis e dentro de um aspecto *democrático*. O seu combate tem de ser justo e exaustivo contra todos os atos classificados como ofensivos aos direitos e aos deveres do cidadão e da sua liberdade de pensamento, de livre arbítrio e da obediência às leis supostamente justas. A cobrança da eficiência, rapidez e precisão, de uma justiça proativa é que a torna o sustentáculo de uma nação decente e organizada dentro da Lei e da Ordem. Quando a *Justiça* se desvia da função principal de manter a organização da sociedade pelo seu poder de repressão **imediata** aos atos ilícitos, ela destrói essa sociedade, pois a torna **corrupta** e distorce **todos** os seus valores cívicos. É assim que a **corrupção como um vírus se instala e corrói todos os poderes constituídos de uma nação**. São perdidos os limites da razão, em que honestidade deixa de ser predicado e os valores éticos, morais e de dignidade do cidadão são substituídos pelo descaso com os seus deveres. A falta de caráter passa a prevalecer. É quando os distorcidos *direitos humanos* se sobrepõem aos *deveres* que são os *deveres cívicos, éticos e morais* de uma sociedade organizada. A nossa *Justiça não prevalece sobre o correto juízo* do sentido e nem pelo cumprimento efetivo dessas leis, pois ela é *interpretativa*. As *pressões* dos interesses de *poderosos* fazem da *Justiça* outra *colcha de retalhos*. Como exemplo, aponto uma grande **discrepância** na nossa *Justiça* em seus escalões mais altos dentro do poder decisório – os **seus membros serem designados pelo poder Executivo**. O Judiciário tem o poder de legislar em causa própria e se aposentam aos 75 anos! Ora, isso aumenta ainda mais o comprometimento das nossas altas cortes com aqueles que os colocaram lá. Não ascendem aos seus cargos por meio de uma carreira advinda de concurso público como Juiz, ilibada e meritória, mas sim, muitas vezes, por interesses escusos e sem um passado de saber de juízo. Nenhuma *Justiça* deve ser indicada e colocada no Poder por go-

vernantes, pois isso a vincula a interesses de quem a constituiu e a desvincula da nossa proclamada *Democracia*. Manobras ideológicas internas participam ativamente para a provocação desse caos. Para piorar, colabora no atual processo o desgastante tempo processual, tempo de *gaveta*, impedindo que ela seja cumprida integralmente e fazendo que se perca em efetividade. O que precisamos é uma retomada *urgente* de consciência e de valorização da nossa *Justiça*. Incentivá-la e, **sobretudo, cobrá-la para expurgar todo o mal que permear dentro dela**. Sua reforma é premente para uma efetiva redução ou mesmo o fim dos desmandos, da corrupção, da impunidade e dos crimes de *lesa-pátria*. Isso tem de partir de dentro dela com uma forte cobrança do povo. Com isso, a efetiva punição para o restante dos descumpridores das leis será mera consequência.

Não existe país desenvolvido sem mudanças de comportamento, sem uma enorme proatividade de seu povo. Aqui, quem deve perceber a necessidade e comandar as mudanças de comportamento é o próprio cidadão brasileiro. Por isso o povo tem de ser educado, coerente e saber o que deseja e não ser um povo alienado e conduzido como gado. Não existe educação e nem saúde adequada, porque quem tem o dever de provê-las não é cobrado judicialmente pelos seus erros e omissões. Uma atitude forte do Poder Judiciário provocará profundos reflexos nas atitudes do Poder Legislativo e do Executivo. Só assim, por meio de uma *Justiça* imperativa, rápida, imparcial e honesta poderemos sonhar com um futuro melhor para a pretendida *Democracia* da nossa *Pátria*! O Brasil precisa ter respeito por si mesmo. Tenebroso será o futuro que nos aguarda, se isso não acontecer. É importante que todos estejam mobilizados e participem ativamente para que se efetuem essas mudanças, e **para não dizer que não falei de flores**, lembrem-se: governo é o instrumento que administra a Nação, e *Democracia* é saber escolher esse instrumento e cobrar que essa administração seja eficaz para bem conduzi-la ■

Brasil exporta pornografia para a França

Luís Mauro Ferreira Gomes

Cel Av

2º Vice-Presidente do Clube de Aeronáutica

lmauro@oul.com.br

As línguas não são imutáveis, mas o que lhes determina a evolução é o uso que delas fazem os grandes escritores. Seguramente, não é por decreto que as alterações devem ser impostas. Estes servem, somente, para oficializar aquilo que já foi consagrado pelo uso.

O nosso idioma é assunto muito sério para ser tratado apenas por meia dúzia de acadêmicos desavisados e burocratas governamentais mal-intencionados.

Ferreira Gomes, L. M. Reforma Pornográfica. Revista Aeronáutica, Rio de Janeiro, n. 268, p. 24, mar./jun.2009

Ouvi, nesta segunda-feira, dia 8 de fevereiro de 2016, num programa de televisão, em um dos raros momentos em que não se falava de carnaval ou futebol, que a França estava implantando uma reforma ortográfica, até onde pudemos perceber muito parecida com a que fora imposta aos brasileiros pelo Decreto Legislativo n.º 54, de 1995, e, recentemente, tornada obrigatória.

Segundo o que foi noticiado algumas palavras francesas perderão letras, como *oignon* (cebola), que passará a *onion*; outras terão suprimida a acentuação gráfica, como *maître* (mestre, professor) que se escreverá *Maitre*; outras, ainda, se verão privadas do hífen, como *porte-monnaie* (porta-moedas, carteira, pequena bolsa), que se grafará *portemonnaie*.

Talvez, o “i”, o acento circunflexo e o hífen dos exemplos sejam inúteis, como absolutamente inúteis são as suas supressões. Mais do que inúteis, elas são prejudiciais, pois empobrecem a língua, destroem mais uma tradição e contribuem para a ruptura de mais uma ligação entre o presente dos franceses e o passado dos que os antecederam.

E não se veja na pretendida *simplificação* alguma facilidade para quem escreve. Qualquer corretor ortográfico barato ou, mesmo, gratuito, como esses que acompanham telefones celulares e editores de texto em geral, corrige, automaticamente, tais erros que se pretendem evitar.

Além disso, aqueles que já escrevem bem continuarão a fazê-lo com as novas regras, às quais, infelizmente, terminarão por sucumbir. Os que, hoje, escrevem *onion*, *maitre* ou *portemonnaie* talvez não cometam mais esses erros eliminados por decreto, mas continuarão a cometer uma infinidade de outros, e não haverá Reforma Ortográfica que lhes dê jeito.

Vantagem somente levarão aqueles que aproveitarão a oportunidade para lucrar com a venda de novos dicionários e de novas edições de livros adaptados à nova ortografia. Também se beneficiará o esquerdismo, essa praga que, com diferentes codinomes, infesta o mundo, nele incluído o Brasil, e que procura, por todos os meios, destruir os nossos valores, as nossas tradições, enfim a nossa cultura.

Parece irônico, mas nós, que, em passado não muito distante, importamos cultura e produtos manufaturados da Europa e, posteriormente, passamos a importar produtos industrializados e lixo cultural dos Estados Unidos (o Samba foi quase totalmente substituído, nos morros, pela vertente musical desse lixo), depois de desenvolvermos uma indústria poderosa que nos tornou exportadores, agora, voltamos a importar, desta vez, da China, os produtos industrializados e manufaturados que deixamos de produzir.

Ah! Mas não podemos esquecer! Ainda exportamos matérias primas baratas para compensar os produtos caros que importamos.

E, aí, vem a maior das ironias! Pelo que vemos, em vez de devolvermos o benefício da cultura que recebemos da Eu-

ropa, exportando-lhe o melhor da cultura que desenvolvemos aqui, exportamos o pior lixo cultural que produzimos até hoje, a reforma pornográfica, para (quem diria) a França, tão zelosa com o seu idioma, um dos mais belos do mundo.

É o preço caríssimo que pagamos por permitirmos que tenha durado tanto a aventura petista no Brasil.

Não bastasse tentarem, incansavelmente, destruir todos os nossos valores, todos os nossos princípios, todas as nossas tradições, para implantar a ditadura da ideologia espúria que professam, muito provavelmente, de propósito, arruinaram a economia do país e nos rebaixaram da condição de potência industrializada à de meros exportadores de *commodities*.

Também atentaram contra a nossa língua como parte do projeto orwelliano de dominação.

Custa crer que a França venha a copiar de nós, justamente, o que não presta.

Mas lá, eles também têm essa catástrofe que é o comunismo, escondido sob o rótulo de socialismo.

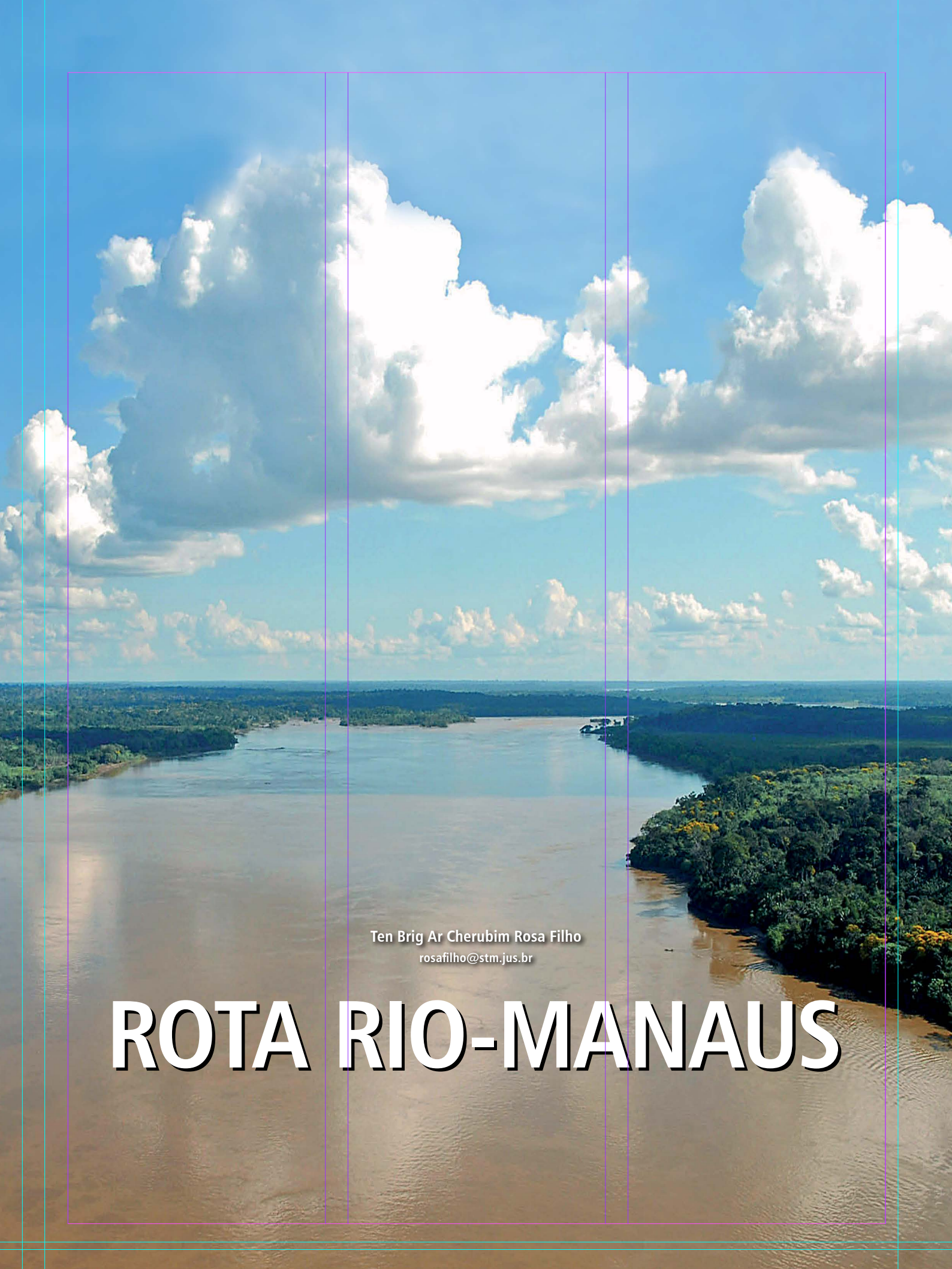
Quem sabe, eles também tenham propina, eufemismo para suborno, e pixuleco, e corrupção!

Desejo intensamente que a França reencontre o seu caminho e salve a sua língua.

Quanto a nós, temos de salvar o que resta do nosso grande Brasil.

A tarefa não é simples. O primeiro e mais fácil passo é livrar-nos desse governo deletério. Depois vem a parte mais difícil e demorada: resgatar os valores, recuperar a economia e sanear as instituições, corrompidas e infiltradas por mais de vinte anos de subversão governamental socialista.

Depois que tivermos feito tudo isso, restará esperar que tenhamos aprendido a votar com essas experiências desastrosas que vivemos ■



Ten Brig Ar Cherubim Rosa Filho
rosafilho@stm.jus.br

ROTA RIO-MANAUS

Após seis anos no Grupo de Caça, fui transferido para São Paulo, sendo em seguida classificado no Parque de São Paulo, no Campo de Marte. Minha primeira função foi chefiar a Inspeção (MMI).

A atividade aérea era, após a revisão, fazer voos de experiência em aeronaves P-47 Thunderbolt e TF7/F8 Gloster Meteor.

O Parque de São Paulo, em 1955, era uma potência. Possuía um efetivo de 1.500 homens (sendo 700 civis), com uma programação de revisões (*overhall*) em vários tipos de aeronaves, dentre elas: A-20, B-25, P-47, TF7/F8, além de várias aeronaves orgânicas, das quais se destacavam dois C-60 Lodestar (um de passageiros – 2001 e um cargueiro – 2005). Contava, ainda, com uma Seção Comercial que oferecia serviços para o parque industrial de São Paulo (fabricação de peças).

Foi nessa ocasião que tomei conhecimento da Rota Rio-Manaus, supervisionada pela Diretoria de Engenharia (DIRENG) e apoiada parcialmente pelo Parque, com uma aeronave Lodestar cargueiro C-60 2005, com disponibilidade empenhada de 70 horas de voo,

por viagem (com duração estimada em 10 dias corridos). Essa aeronave tinha uma tripulação de quatro militares: dois pilotos, dois sargentos: um QAVE e um sargento radiotelegrafista. Autonomia de cinco horas e 1.200 kg de carga ou 18 passageiros. Levávamos também dois kits (um de sobrevivência com duas armas de caça, anzóis, facão, bússola, sinalizadores e um kit de primeiros socorros).

Em 16 de maio de 1956, por intermédio da Portaria nº 238/GM2, foi criado o serviço de preparação da infraestrutura da Rota Rio-Manaus, subordinada diretamente à DIRENG. Esse serviço já existia desde 1953 e seu primeiro chefe foi o Maj Av Eng Haroldo Coimbra Veloso.

As obras na Rota Rio-Manaus (RORIMAN) foram realizadas, também, em face do acordo do Ministério da Aeronáutica (DIRENG) com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para financiamento dos trabalhos de infraestrutura da RORIMAN, na Região Amazônica.

A primeira notícia de apoio à Rota data de 1953: *Seguiram com destino a Xavantina (MT), dia 11/04/1953, 3 caminhões da DIRENG, transportando*

47 barricas de cimento, cada uma com 233 Kg.

Os campos que faziam parte da Rota eram: Aragarças, Xavantina, Xingu, Cachimbo, Jacareacanga, Manaus e Santarém.

Íamos pegar carga em:

- Manaus – sacos de cimento;
- Goiânia – material diverso ((víveres);
- Itaituba (às margens do Tapajós)
- sacos de cal;
- Santarém – materiais diversos;
- Missão Cururu dos Padres – carne.

Após a decolagem, na maioria das vezes do Campo de Marte, seguíamos para Goiânia e Aragarças, onde pernoitávamos numa casa/hotel do Serviço de Proteção do Índio (SPI). Este serviço deu origem à FUNAI em 1967. No dia seguinte, Xavantina, Xingu, Cachimbo e Jacareacanga. A Rota variava em função das necessidades: as prioridades eram estabelecidas pelo elemento da DIRENG, que embarcava em São Paulo ou em qualquer dos campos da Rota. Além de estabelecer as prioridades ele levava um adiantamento previsto pelo RADA (Regulamento de Administração de Aeronáutica) para pagamento das despesas necessárias.



A navegação era estimada/observada. As cartas de navegação eram da Segunda Guerra Mundial (1:1.000.000). Havia radiofarol (ADF) em Aragarças, Cachimbo e Jacareacanga.

Durante as viagens íamos fazendo correções e plotando pontos notáveis, tendo em vista a precariedade dos detalhes das cartas. Às vezes encontrávamos erros grosseiros na localização de alguns rios (exemplo: o Rio Madeira apresentava uma localização com aproximadamente 60 milhas de erro).

Cada piloto possuía suas cartas de navegação (mapas) todas *maceteadas* na Rota. Exemplo: Lagoas perenes e as existentes somente no inverno (estação das chuvas). Cor das águas dos rios: Rio Madeira, barrentas; Rio Tapajós, cristalinas e corredeiras.

Caso não encontrássemos um determinado aeroporto (campo), como por exemplo Missão Cururu dos Padres, iniciávamos um quadrado de um minuto em cada perna e não encontrando o campo, regressávamos num rumo de segurança preestabelecido.

Outro local de pernoite era a Casa de Pedras, em Cachimbo. Essa casa existe até hoje. Anteriormente ao campo atual de Cachimbo existiram outros dois campos.

Consta que o primeiro pouso, em Cachimbo, em uma aeronave pequena (tipo Piper L4H), foi feito pelo Maj Av Eng Veloso. Esse campo foi posteriormente abandonado, lá ficando apenas a estação rádio. Mais ou menos dois quilômetros acima, foi construído outro campo de terra, onde podíamos operar aeronaves mais pesadas (C-47 e C-60), ao lado do qual foi construída a Casa de Pedras existente até hoje. Esse campo foi também abandonado devido a problemas de drenagem. O campo atual, hoje asfaltado, foi feito pela COMARA (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica).

A primeira hidrelétrica em Cachimbo foi construída pelo Maj Veloso (a primeira

na Amazônia) na mesma época. Posteriormente foi construída outra próxima ao mesmo local, em substituição à primeira.

Normalmente, dependendo das necessidades da Rota, os pernoites eram em: Aragarças, na casa do SPI, no primeiro e no último dia da missão; Cachimbo, na Casa de Pedras, que requeria cuidados especiais devido aos escorpiões e às cobras coral; Santarém, no Hotel Brasil, cujos quartos eram separados por divisórias; Manaus, na Base – Hotel de Trânsito ou no apartamento existente na cidade reservado para pernoites (10º andar); Missão Cururú dos Padres, cujo pernoite era necessário para o abate do gado durante a madrugada. O pernoite era num galpão onde a tripulação e os índios da missão dormiam em redes.

Em Santarém, as luzes da cidade pouco iluminavam. Ao reclamar ao recepcionista do Hotel Brasil, disse-me que as luzes eram fracas porque os adeptos do partido político que vencia as eleições não pagavam os impostos (energia, água etc.). O hotel era precário, os quartos eram separados por divisórias de madeira, com dois metros e meio de altura.

Em Cachimbo, ao despertarmos de manhã, antes de calçar as botas, tínhamos que verificar se havia algum escorpião dentro delas.

Em Marte, na véspera da decolagem, o Posto Médico do Parque nos fornecia uma quantidade de pastilhas de quinino para evitar a malária.

Como tripulante, sempre levávamos a bordo um oficial médico, para atendimento dos militares e civis que trabalhavam nos destacamentos, bem como da população civil, moradores de áreas ou margens dos rios próximos. Setenta por cento (70%) dos pacientes apresentavam problemas que eram resolvidos com atendimento ambulatorial (diarreia, hipertensão arterial, verminose, malária, curativos etc.) Os médicos do Parque, além dos medicamentos for-

necidos pelo Posto Médico (Esquadrão de Saúde), guardavam, no decorrer do ano, amostras grátis para fornecer aos pacientes na Rota. Não raro atrasávamos a decolagem devido à fila que se formava para consultas médicas em cada campo da Rota.

Havia ainda o problema dos mosquitos Pium, que nos atacavam ao nascer e no pôr do sol. Como, normalmente, o pescoço ficava descoberto, as picadas nos deixavam com uma coleira no pescoço.

Na minha primeira viagem, janeiro de 1957, na etapa Aragarças-Xingu, ao passar sobre o campo Cap Vasconcelos (posteriormente Posto Leonardo), a cinco minutos do Xingu, recebi uma réstia do sol na minha cabine. Ao olhar para baixo, verifiquei que alguém estava sinalizando. Reduzi o motor, fiz uma aspiral descendente e pousei no campo. Vieram ao meu encontro o Sertanista Cláudio Villas Boas e alguns índios. Foi aí que conheci o Cláudio. Perguntei se precisava de alguma coisa; respondeu-me que não. Estava apenas testando um espelho. Ao mostrar-me, verifiquei que se tratava de um exemplar que havia nos paraquedas antigos. Esses espelhos tinham uma cruz no meio sem fundo metálico, que servia de visada entre quem estava sinalizando e o alvo escolhido.

Fiz um total de cinco viagens na RORIMAN: duas, em 1957; duas, em 1958; e uma, em 1959. Na primeira viagem, em março de 1958, devido à pane no radiocompasso e ao mau tempo, fiz um pouso de emergência numa clareira (coordenadas 0759°S e 06049°W), entre Manicore e Porto Velho, às margens do Rio Irapuanã/Roosevelt, onde abrimos um campo e decolamos após nove dias. Essa é, porém, outra história...

O Ministro de Estado da Aeronáutica resolve:

“Tendo em vista o que consta no processo GM1. 641-60:

nº 559-GM4 – 1 – O serviço de

preparação da infraestrutura da Rota Rio-Manaus (SPIRRM), logo após concluídas as obras de construção de qualquer aeroporto ou aeródromo, deverá providenciar sua Homologação para o tráfego aéreo.

2 – Baixada que seja a Portaria de Homologação, o SPIRRM fará entrega do aeroporto ou aeródromo e suas instalações, mediante termo, ao Comando Territorial da área onde o mesmo se achar localizado para normalização dos problemas administrativos e conservação.

3 – A partir da data da lavratura do Termo de Entrega, administração e conservação do aeroporto ou aeródromo ficará automaticamente a cargo do Comando Territorial que o receber (D. O. de 3 de agosto de 1960, p. 11.016).

Em 11 de janeiro de 1963, por meio de Portaria nº 44/GM3, foi extinto o Serviço de Preparação da Infraestrutura da Rota Rio-Manaus, considerando que as obras de infraestrutura daquela Rota estavam em fase de conclusão e, portanto, não havia conveniência técnico-administrativa que serviços, normalmente, afetos às Zonas Aéreas continuassem a cargo da Diretoria de Engenharia.

Em consequência, a DIRENG resolve:

1 – Extinguir o Serviço de Preparação da Infraestrutura da Rota Rio-Manaus, criado pela Portaria nº 238 - GM2, de 17 de maio de 1956;

2 – Determinar que os encargos dos campos de pouso afetos ao mencionado Serviço passem à responsabilidade da Zona Aérea em cuja jurisdição estejam localizados, a saber:

2.1 – 1ª Zona Aérea – Cachimbo, Jacareacanga e Ponta Pelada, no tocante ao combate e controle da erosão;

2.2 – 4ª Zona Aérea – Aragarças, Xavantina e Xingu.

3 – Determinar ainda:

3.1 – que as Zonas Aéreas, em coordenação com a DIRENG, solicitem os recursos financeiros para o exercício

de 1963, na razão do “quantum” necessário a cada campo nos moldes em que vinham sendo feitos para o Serviço, ora em extinção;

3.2 – que a Diretoria de Pessoal, em coordenação com a Diretoria de Engenharia e de Rotas Aéreas, proporcione às Zonas Aéreas consideradas o pessoal necessário para manter a Rota Rio-Manaus em estado de utilização.

O Decreto-Lei nº 8.016, de 29 de setembro de 1945, tornou extensivos ao Ministério da Aeronáutica dispositivos constantes dos Decretos-Leis nº 6.749 e 6.750, de 29 de julho de 1944. Ambos autorizavam o Ministério da Aeronáutica, por intermédio dos seus órgãos encarregados de obras (DIRENG), a contratar temporariamente: arquitetos, engenheiros, técnicos especializados e

desenhistas, a perceberem honorários arbitrados pelas autoridades competentes, dentro dos limites estabelecidos pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Esses decretos deram grande flexibilidade à DIRENG, permitindo a contratação, no período de 1953 a 1963, entre outros, de engenheiros que, somados aos existentes no efetivo, chegaram a um total de 38. Nessa década, foram diretores: Brig Eng Jussaro, Brig Eng Araripe e Maj Brig Ivan Carpenter.

Nesse mesmo período, perfazendo um total de 28, as principais obras sobre a responsabilidade da DIRENG foram:

- Obras a cargo – 10;
- Fiscal de obras – 10;
- Comissão de recebimento de obras – 8 ■



O PROJETO ACANTUS

Recordando 42 anos de sua existência

Franklin José Maribondo da Trindade

Ten Cel Int

Chefe do Departamento de Informática do Clube de Aeronáutica

Msc Ciência da Computação – COPPE - UFRJ

cpd@caer.org.br

...a história da humanidade
nos mostra que todo povo
que desprezar a sua história,
estará fadado a desaparecer.

Enquanto observava pensativo sobre os títulos e números organizados em um documento (*contracheque*) emitido pela SDPP, relativo ao pagamento do pessoal, cuja imagem tem para nós um significado todo especial, recordei dois momentos importantes da Informática, no contexto do Comando da Aeronáutica.

O primeiro momento nos faz retornar ao ano de 1974, no decorrer da segunda quinzena do mês de fevereiro, quando, no auditório do 10º andar do edifício do antigo Ministério da Aeronáutica, no Rio de Janeiro, estavam reunidos: representantes do Comando Geral do Pessoal (COMGEP), da Diretoria de Intendência (DIRINT) e da então Subdiretoria de Orçamento e Pagamento de Pessoal (SOPP), diversos convidados e, necessariamente, os membros do Grupo de Trabalho que, sob a Presidência do então Ten Cel Eng Tércio Pacitti, desenvolveram o Projeto Acantus. Esse encontro foi organizado, exatamente, para que a última atividade do Projeto Acantus, denominada, APRESENTAÇÃO DO PROJETO, fosse cumprida.

O outro momento (muito embora não esteja propriamente inserido no contexto da Informática do então Ministério da Aeronáutica, hoje, Comando da Aeronáutica, mas que tem grande relevância no âmbito do desenvolvimento de um Projeto de Sistemas de Processamento de Dados) está representado pelas lembranças dos ensinamentos preconizados pelo Project Management Institute (PMI), no curso de Gerência de Projetos, da FGV-RJ, que tivemos oportunidade de realizar, no decorrer do ano de 2002.

Organizado pelo instituto PMI, o guia **Project Management Body of Knowledge** (PMBOK) é um conjunto de práticas consideradas a base do conhecimento sobre gestão de projetos por profissionais da área, que descrevem que um Projeto é caracterizado por possuir três fases fundamentais: as fases de INÍCIO, MEIO e FIM, ou seja, o que devemos fazer para iniciar, para desenvolver e para concluir um Projeto com sucesso durante as atividades de gerenciamento de cada uma das fases e suas respectivas gestões de: Integração, Escopo, Tempo, Custo, Qualidade, Recursos Humanos, Comunicação, Risco, Aquisição e Partes Envolvidas.

Não é propósito deste trabalho o detalhamento de todas essas gestões em cada

fase, contudo faz-se necessário esclarecer que esses conceitos, preconizados pelo PMI, são aplicáveis a qualquer tipo de projeto. Seja para ensinar um cadete a pilotar um avião, ou preparar um astronauta para pousar na Lua, qualquer que seja o nível de complexidade ou a área do conhecimento humano, um Projeto tem necessariamente que ter INÍCIO, MEIO e FIM muito bem definidos. Entretanto, antes de iniciarmos a descrição propriamente dita dos acontecimentos que marcaram as fases do Projeto ACANTUS, vamos enumerar alguns eventos importantes que, no nosso entendimento, definem o caminho percorrido no desenvolvimento de atividades de processamentos de dados, no âmbito da Diretoria de Intendência (DIRINT), e que serviram de alicerce para a criação do CPD, credenciando essa organização militar a se tornar pioneira na utilização de procedimentos mecanizados nas atividades administrativas do então Ministério da Aeronáutica.

EVENTOS ANTECEDENTES AO PROJETO ACANTUS

1. Alguns eventos visando à mecanização dos processos administrativos, no âmbito da DIRINT, antecederam a criação do Centro de Processamento de Dados. Dentre eles, destacamos:

Em 7 de março de 1952, o Boletim nº 50, da D.I.Aer., designa comissão para estudar a máquina de contabilidade "NATIONAL", vantagens e desvantagens do seu emprego na execução dos serviços de Folha de Pagamento do Ministério da Aeronáutica. O passo precursor em direção à criação do seu Centro de Processamento de Dados;

2. Um estudo denominado "Projeto UNIVAC", apresentado em 31 de janeiro de 1964, pelo Maj Int José Trotte Júnior. Esse estudo fazia parte do Plano de Mecanização das Tesourarias da Aeronáutica, elaborado por ordem do Subdiretor de Finanças, em 20 de maio de 1963, concluído em 29 de julho de 1963 e aprovado pelo Ministro da Aeronáutica, em 10 de novembro de 1963, cuidando da introdução pioneira, na Administração da Aeronáutica, do Sistema de Processamento de Dados, em máquinas eletrônicas. Na foto, a seguir, mostramos um modelo do UNIVAC-1004, semelhante ao utilizado pelo CPD da SOPP.

Note-se que o módulo maior é constituído de uma CPU integrada ao processador

central, impressora e leitora de cartões. Por meio dos comandos inseridos nos programas, perfuravam-se cartões (no equipamento abaixo), denominados RESUMOS, que serviam de base para a emissão de outros relatórios sintéticos que compunham o processo de pagamento de pessoal;



3. Um estudo para expansão do UNIVAC-1004-I, para a configuração UNIVAC-1005-III, apresentado pelo Maj Int Haroldo Sauer Guimarães, com o propósito de atender a implantação de novas rotinas. O modelo escolhido, o UNIVAC-1005-III, com 4.096 posições de memória (4k), era dotado da possibilidade de programação interna, e possuía duas unidades de fitas magnéticas;

4. Em 18 de março de 1964, o Ministro de Estado e Negócios da Aeronáutica, Maj Brig Ar Anyzio Botelho, assinou a Portaria nº 254/GM6, que trata da organização dos Centros Mecanizados, das Zonas Aéreas, hoje, Comandos Aéreos Regionais, junto aos estabelecimentos de Intendência, para execução mecânica dos saques e comprovação das despesas com pessoal;

5. A ativação do Centro de Processamento de Dados (CPD) da Diretoria de Intendência, destinado ao processamento do saque e à comprovação do pagamento do pessoal militar e civil deste Ministério, torna-se um **pioneirismo** que alcança a Aeronáutica, no cotejo com as demais Forças Armadas, o que constituirá, por certo, um capítulo em destaque na história do Ministério da Aeronáutica;

6. A Aquisição do UNIVAC-1005-III, que na realidade se tratou da compra de um *kit*, para ser aplicado ao UNIVAC 1004-III, que tinha como característica a programação externa, transformando-o no modelo UNIVAC-1005-III, com característica de programação interna;

A partir de então, o CPD passou por uma fase de grande expansão. A transposição do UNIVAC-1004 para o UNIVAC 1005 foi realizada com sucesso; o pagamento de pessoal foi implantado em todas as

organizações pagadoras da Aeronáutica; pequenos projetos no âmbito da DIRINT, da DIRAP e da DIRSA foram desenvolvidos e implantados; e, como era de se esperar, a tecnologia na área continuou avançando e, da mesma forma, a demanda por novos serviços também continuava crescendo. Algo precisava ser feito e, com a ativação do CCA-RJ, o cenário indicava novos caminhos para o pagamento de pessoal. O Projeto ACANTUS foi então o escolhido.

O INÍCIO DO ACANTUS

É nosso entendimento que o marco inicial do Projeto Acantus foi efetivamente a Portaria nº 10/GM6, de 12 de fevereiro de 1973, do então Ministério da Aeronáutica, que criou o Grupo de Trabalho (GT), para desenvolvimento de um novo Sistema de Pagamento de Pessoal que permitisse utilizar os recursos computacionais do Centro de Computação da Aeronáutica, no Rio de Janeiro (CCA-RJ), recentemente criado, permanecendo os encargos de coleta, preparação e distribuição de dados com a SOPP.

Na verdade, durante o início da operação do Sistema IBM/360, no CCA-RJ, as atividades de processamento de dados do Centro estavam dirigidas, quase que exclusivamente, ao processamento do Projeto 300, da área logística, e aos projetos estatísticos da área do então Departamento de Aviação Civil. Existia, portanto, capacidade ociosa de processamento suficiente para absorver uma outra atividade, também de larga escala em termos de volume de dados, tal qual o Pagamento de Pessoal, no Sistema IBM/360-40, que acabara de ser instalado no CCA-RJ, localizado no Aeroporto Santos-Dumont.

Enfim, no dia 12 de fevereiro de 1973, o então Ministro da Aeronáutica Ten Brig Joelmir Campos de Araripe Macedo, assinou a Portaria nº 10/GM6, designando os seguintes oficiais para compor o Grupo de Trabalho (GT), que tinha como Presidente, o Ten Cel Eng Tércio Pacitti, e os seguintes membros: Maj Av Sebastião Antônio de Pádua, que exerceu a função de Gerente Executivo do Projeto, Maj Int Lenine Nunes de Mattos, Cap Int Irajá Domingues da Silva, Cap Int José Carlos Góes e o Ten Int Franklin José Maribondo da Trindade.

A partir da constituição do GT, algumas reuniões de organização e planejamento do

trabalho foram realizadas para que as etapas de desenvolvimento propriamente ditas fossem iniciadas. Nesta fase, a decisão de incorporar mais dois oficiais ao GT foi tomada. O Ten Int Eustáquio José Brand e o Ten Int Neo Bonel Medeiros Rocha foram incorporados ao grupo.

Assim, encerrava-se a fase de INÍCIO DO PROJETO e iniciava-se outra fase, denominada MEIO DO PROJETO, em que a característica multidisciplinar do grupo foi fator preponderante para o sucesso do empreendimento. Na realidade, a Portaria especificada anteriormente, de criação do Grupo de Trabalho, fazia referência apenas ao desenvolvimento de um Novo Sistema de Pagamento de Pessoal do Ministério da Aeronáutica. O nome **Acantus** foi uma sugestão do Presidente do GT, Ten Cel Pacitti, em reunião de apresentação do GT ao Diretor de Intendência, que, prontamente, elogiou a feliz escolha.

Podemos dizer de uma maneira simplificada que uma atividade de Processamento de Dados, utilizando computadores, ocorre quando os três elementos HARDWARE, SOFTWARE e DADOS existem e interagem, produzindo informações.

Assim, quando o projeto ACANTUS teve, em 16 de março de 1973, sua primeira reunião de trabalho (que resultou na Ata nº 1), o cenário do ambiente de processamento de dados existente no CPD, em termos de equipamento, dados e programas era o seguinte:

OS DADOS

Os dados do pagamento de todo pessoal militar, da ativa, da reserva e dos reformados, dos funcionários civis estatutários da ativa e aposentados e dos funcionários civis regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), eram armazenados em cartões de cartolina, como mostra a figura a seguir. Um universo de aproximadamente 120.000 cartões, do tipo 90 colunas, com um sistema de codificação (caracteres de seis bits), constituíam o acervo principal de dados do Sistema de Pagamento. Se utilizarmos as regras da Engenharia da Informação, poderíamos modelar este acervo de cartões em um relacionamento do tipo “1” para “n”, descrevendo que cada cartão BASE possui de “0” a “n” cartões DETALHES. De uma forma simplificada, os cartões BASE armazenavam os dados pessoais e financeiros de ordem fixa do

pessoal; e cada cartão DETALHE armazenava os dados representativos de um e somente um valor relativo a um DESCONTO ou a um PAGAMENTO, em caráter temporal.

Existiam outros acervos auxiliares, também perfurados em cartões de 90 colunas, em menor quantidade, de caráter transitório, que completavam as necessidades dos processos.



A plataforma de *hardware* era constituída de um computador UNIVAC 1005-III, com um processador de 4.096 posições de memória de núcleos magnéticos, c/ciclo de 6,5 microssegundos, com impressora, duas unidades de fita magnética, até 34.160 caracteres por segundo e densidade de 200, 556, 800 BPI, leitora de cerca de 600 cartões por minuto, perfuradora resumo capaz de produzir cerca de 200 cartões por minuto. Possuíam também: seis Perfuradoras de cartões, duas Interpretadoras e duas Intercaladoras.

O SOFTWARE

E, finalmente, todos os programas do sistema de pagamento de pessoal eram desenvolvidos em linguagem Assembler, específica para o UNIVAC 1005-III. Depois de escrito e perfurado em cartões, seu código fonte era submetido a um processo de compilação que tinha como resultado a geração de um módulo objeto, também em cartões. Esse módulo, carregado na memória principal do 1005, por meio de um cartão/programa, denominado cartão *load*, assumia o controle e executava o processo para o qual tinha sido programado. A biblioteca de executáveis, constituída de dezenas de programas, codificados nos cartões de 90 colunas, armazenava toda a lógica do processamento de pagamento de pessoal da Aeronáutica.

O MEIO DO PROJETO

Na época do desenvolvimento do Projeto Acantus, as metodologias de desenvolvimento de sistema existentes passavam, necessariamente, pela elaboração de um Projeto Lógico e de um Projeto Físico, os quais, depois de validados, evoluíam para um esforço de programação, em função das plataformas de *hardware* e *software* que, no nosso caso, já estavam

previamente definidas. Nosso *hardware* seria: o computador IBM/360-H40 e seus periféricos; o *software* básico era o ambiente operacional Disk Operation System (DOS) e a linguagem de programação, o COBOL ANS (Common Business Oriented Language – American National Standard) e algumas rotinas codificadas em ASSEMBLER para o Sistema/360.

Os métodos de análise, baseados no enfoque sistêmico, em que prevalecem os encadeamentos hierárquicos dos componentes das entradas, das saídas e de processamentos, estavam engatinhando (como o HIPO – Hierárquico Input Processo Output, da IBM), e a Orientação por Objeto, ainda era assunto de estudos acadêmicos. Tínhamos, portanto, que caminhar através das técnicas convencionais de fluxograma, para representação do mundo real que desejávamos representar. Vários fluxogramas foram elaborados e debatidos com toda a equipe do GT até encontrarmos a melhor solução.

Com o Projeto Lógico e Físico concluído, iniciam-se as fases de programação e teste dos programas, com a participação ativa dos programadores do CCA-RJ. A linguagem de programação era o COBOL (**CO**mmss**in**ness **B**usiness **O**riented **L**anguage) e a participação dos operadores e programadores do CCA-RJ foi fundamental na preparação dos dados para testes e na avaliação dos resultados.

O FIM DO PROJETO

Transitar da fase de INÍCIO para a de MEIO é uma passagem suave sem maiores conflitos. O retorno à fase anterior dava-se, em geral, para correções de rumos no cronograma dos prazos. Entretanto a transição do MEIO para o FIM é mais complexa. Costuma-se afirmar, em tom jocoso, no contexto da Engenharia Civil, que o projeto de construção de um edifício não tem fim: abandona-se. No caso da Informática, não existe esse abandono. Na verdade, fica-se em um processo contínuo de aperfeiçoamentos e melhorias, a cada revisão, de forma a parecer que não terá fim. Temos de estabelecer então critérios rígidos para se atingir o FIM, a fim de que o PROJETO possa se transformar em uma ATIVIDADE e, durante a sua vida útil, sejam realizados os aperfeiçoamentos necessários até o momento de seu envelhecimento e, se for o caso, de sua *morte*.

Assim, foi possível, como dito no início deste trabalho, a reunião de fevereiro de 1974, que indicava o FIM do desenvolvimento do Projeto ACANTUS, e o início de sua implantação em todas as tesourarias da Aeronáutica distribuídas pelo país, permanecendo em atividade até os dias de hoje. Não na sua forma original, até porque novas tecnologias surgiram e novos processos foram implementados, tornando-o, provavelmente, mais flexível ao mundo presente e mutável a cada instante. Com o FIM, o Grupo de Trabalho foi dissolvido, seus membros retornaram às suas Unidades de Origem e à Diretoria de Intendência. Na SOPP, foram iniciados os primeiros de tantos outros passos necessários à implantação e à manutenção do Projeto Acantus. E o primeiro deles foi o PIPA.

O PIPA

Plano de Implantação do Projeto Acantus

A Nota Ministerial nº 04/GM6/ADM, assinada pelo Ministro da Aeronáutica Joelmir Campos de Araripe Macedo, em 14 de março de 1974, estabelecia diretrizes para a implantação do Projeto Acantus. A implantação realizada pela SOPP deveria submeter ao Ministro, em um prazo de noventa dias, o Plano de Implantação do Projeto Acantus (PIPA), após os pareceres do Comando Geral do Pessoal e da Inspeção Geral. Para confecção do referido Plano, foram designados os seguintes Oficiais: Maj Int Lenine Nunes de Mattos, Presidente, e os Tenentes Eustáquio José Brand e Franklin José Maribondo da Trindade, como Membros.

Basicamente, foram quatro as atividades que efetivariam a implantação das Unidades: a INSTRUÇÃO, nas tesourarias das Unidades Administrativas (UA), a atividade de CONVERSÃO, para compatibilizar os dados para a nova plataforma operacional; a atividade CORRIDA EM PARALELO, em razão da imprescindível exatidão que um processo de pagamento de pessoal requer; e a atividade de PRODUÇÃO, tendo em vista que dois processos estariam sobre a responsabilidade da SOPP até a total implantação em todas as tesourarias das UA. Assim, uma parte do pagamento estaria sendo processado, ainda no UNIVAC-1005 e, outra parte, em fase de implantação, no IBM/360.

Ó Acanthus, tu que fostes a inspiração

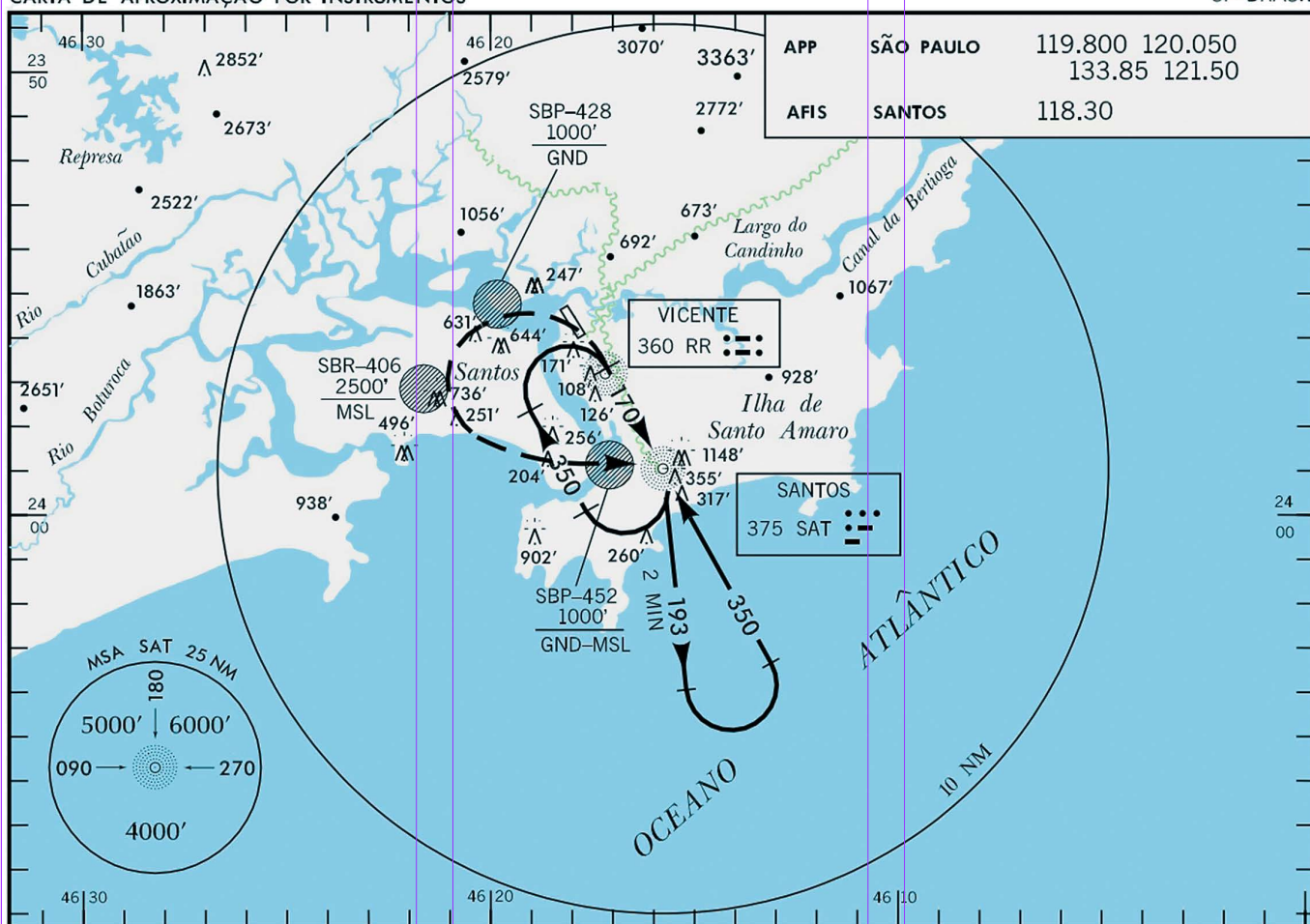
grega do arquiteto Clímaco, e que, por aqui te tornaste, simplesmente, Acantus, considerado o símbolo da Intendência, ornamento das golas dos nossos uniformes, e, até nome de Projeto te deram, permitame lembrar PROJETO ACANTUS. Ao CPD foste entregue e todos te adotaram com todo carinho. Mantiveram fidelidade aos teus objetivos, por pouco mais de 40 anos. Por um período de 10 anos (1974-1984) cuidamos de ti, lembraste de todos nós? Vou aqui nominá-los, em ordem alfabética, de seus nomes singulares. Agamenon, Aparecida, Carlos, Carmem, Cláudio, Conceição, Dulce, Elza, Euna, Ezea, Ilma, Ilza, Janice, João, Jorge Maluf, Lemos, Lia, Lourdes, Luiz Fernando, Maria, Maria José, Madalena, Nara, Niete, Noêmia, Raquel, Rosa, Sérgio, Shimitzu, Vilma, Santa Rosa e Wagner.

Hoje não sabemos exatamente como estás, sabemos apenas que existes, pois todos os meses recebemos os sinais de tua continuidade. Durante esses 42 anos de tua existência, provavelmente, muitas cirurgias foram realizadas. Não aquelas cirurgias plásticas, apenas para mudança de aparência, mas aquelas necessárias para acompanhar as mudanças tecnológicas dos processos administrativos, financeiros e de comunicação que ocorreram nesses últimos tempos. Já sabemos, atualmente que tua imagem mais significativa, o *contracheque*, cuja versão em papel que temos em nossas mãos, e recebemos mensalmente, através do serviço dos Correios, já está também disponível, em algum lugar, e que podemos vê-lo tantas e quantas vezes desejarmos, e ainda transportá-lo para um papel, que certamente será guardado em um canto qualquer de um armário e desgastar-se-á com o decorrer do tempo. Isto será possível através do acesso ao *site da SDPP*, ou do Aplicativo da Força Aérea Brasileira, utilizando nossos equipamentos pessoais, tais como *notebooks*, *tablets*, *smartphones*. São os resultados das **Comunicações** que passaram a compor com os Dados, os *Softwares* e os *Hardwares* os elementos que compõem as atividades de processamento de dados no dia de hoje. Esperamos que, em nova oportunidade, alguém nos conte esta outra fase da história. Um até breve dos que te conheceram no passado e ficam a imaginar como será o teu futuro ■

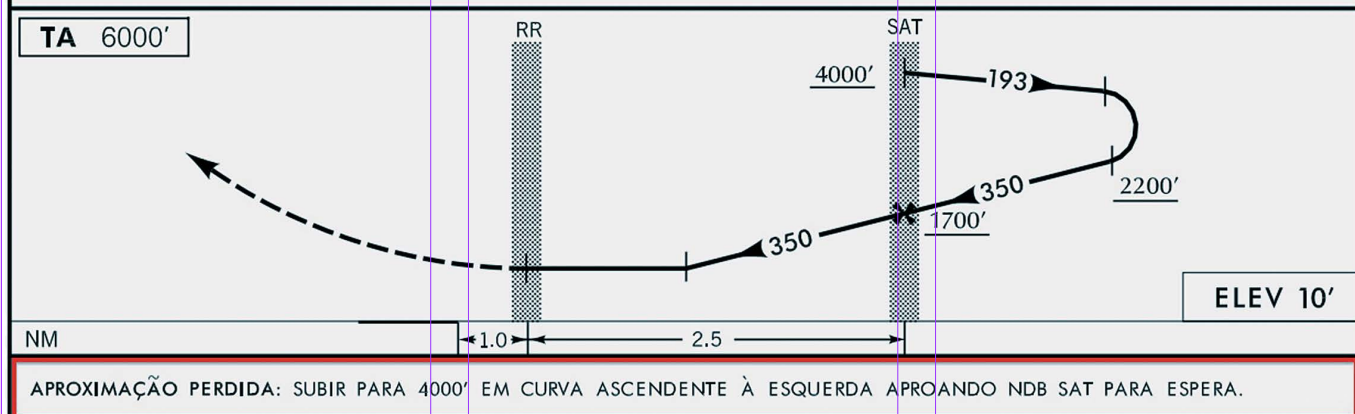
O CÉU DE ÍCARO TEM MAIS POESIA DO QUE O DE GALILEU

GUARUJÁ / BASE AÉREA DE SANTOS, MIL
SP-BRASIL

CARTA DE APROXIMAÇÃO POR INSTRUMENTOS



RMK: POUSO PISTA 17 - CIRCULE SETOR W DO AERÓDROMO.



Se o céu de Ícaro tem ou não mais poesia do que o de Galileu, isso é uma discussão filosófica, mas fato é que em nosso céu não há poesia alguma.

Digo isso porque vendo a transmissão da apresentação do CENIPA sobre o acidente com o presidenciável Eduardo Campos.

Lembro-me tanto desse dia; também estava indo para São Paulo para uma feira de aviação que aconteceria no Aeroporto de Congonhas. Descontado o meu medo das operações de aviões grandes naquele Aeroporto (devo algum dia falar sobre isso aqui), as condições não eram boas. Lembro-me que quando pousei havia em uma televisão o anúncio de um acidente, mas não prestei atenção sobre a natureza dele.

Quando liguei meu telefone havia várias mensagens e aí fui saber que tinha sido um acidente de avião, ali perto, em Santos. *A posteriori* fiquei sabendo que Eduardo Campos se encontrava a bordo e que, infelizmente, não houve sobreviventes. Confesso que o dia acabou ali para mim. Já vivenciei alguns acidentes aeronáuticos na minha vida e admito ser um assunto triste e doloroso.

A minha ligação com a aviação é tão intrínseca à minha pessoa, tão visceral, que confesso que cheguei a passar mal durante a apresentação do CENIPA – televisionada pela Globo News – e parar de ver por algumas vezes (estava gravando e poderia ver na íntegra depois que me recompusesse).

É claro que ali só temos a visão dos técnicos do CENIPA (órgão este que ainda é um dos poucos de que me orgulho na minha profissão e como brasileira) e devemos sempre falar com cautela de quem não está mais aqui para se defender. Dessa maneira, também como advogada, digo a vocês uma célebre frase do direito: *contra fatos não há argumentos*. É fato que houve uma falha humana grosseira ali, mas a falha humana mais grosseira de todas está aqui, no nosso dia a dia, nas nossas

diretrizes, nos nossos órgãos reguladores, nos nossos aeroportos, o que não deixa ninguém de fora da possibilidade de ser uma estatística como esta.

Distorço aqui um pouco outra frase do direito que diz que todos são inocentes até que se prove o contrário. Não acredito em pilotos ruins, acredito em pilotos mal treinados e ou mal orientados para a função que lhes foi dada. Também não entendo porque tantos cismam em desafiar a si próprios, a Deus, a sorte, a quem quer que seja, fazendo o que não estão treinados, voando em condições não próprias, ou quando simplesmente estão cansados; somos humanos também!

Sempre achei que os pilotos têm complexo de Deus, e ainda acho. Admiro os que não têm; são esses que vão viver para contar suas histórias aos seus netos. Já aconteceu comigo! Já tive meu voo encerrado, fui retirada do comando, meu instrutor fez o pouso e me disse para nunca mais entrar em uma aeronave sem estar preparada e sem estar 100% focada naquilo. Agradeço a ele a lição.

Podem me criticar; podem me acusar, inclusive, de falar isso por motivos pessoais, mas sinto falta do DAC (Departamento de Aviação Civil – órgão composto e controlado pelo Ministério da Aeronáutica e agora extinto pela criação da agência reguladora, a ANAC). Pelo menos lá as pessoas sabiam e entendiam do que estavam falando. Hoje em dia a ANAC é um berço de concursados, analistas de papéis que não entendem nada de aviação e somente de protocolos. Vocês notaram a quantidade de acidentes desde então? Óbvio, o país cresceu, tem mais voos, mas o nosso padrão caiu *vertiginosa e vergonhosamente*. Assim como o avião do falecido presidenciável. Éramos um país de terceiro mundo, com uma companhia aérea de primeiro mundo e respeitadíssimos pelos órgãos internacionais como IATA, ICAO etc. Hoje, como em outros aspectos, somos uma

piada, mas aqui, falamos de vida, da minha, da sua, de nossos entes queridos.

Não há fiscalização quase que alguma para aviões aonde os operadores são os próprios donos; a legislação é fraca. Os donos, que por sua vez não são bobos (ninguém chega ao ponto de ter um avião em seu patrimônio, a meu ver, sendo um *zé mané*), aproveita-se disso.

Gastam-se fortunas em máquinas milionárias e poupa-se em treinamento, em salários, em manutenção. E aí você me pergunta: – Isso não é ser um *zé mané*? A primeira coisa que dizemos quando um avião é entregue a um taxi aéreo ou a uma administradora é: – Esse não é o seu negócio, que bom que você o entregou para quem sabe. O dono do avião não sabe distinguir um piloto bom e preparado de um mais ou menos, ele não vai ficar na oficina fiscalizando se o processo e a manutenção estão ocorrendo dentro do especificado pelo fabricante, ou se estão fazendo ajustes e remendos (sim, isso acontece). Ele raramente tem tempo para si; além do mais, esse não é o *business* dele. Para isso devíamos ter diretrizes mais sérias, profissionais mais sérios, agências mais intelectualizadas e menos politizadas. Podem de novo me acusar de falar isso por motivos inferiores, mas a ANAC já teve em seu Quadro pessoas com as quais eu trabalhei e digo com absoluta certeza que conhecem o assunto aviação a fundo. Onde estão eles? Hoje em dia eu não sei; na ANAC não mais, pois aquilo lá virou lugar de cargos que você ganha como presente de casamento. Talvez devesse me casar, mas aí cairia no problema de saber sobre aviação. Acho que ganharia outro presente...

Infelizmente, em minha opinião, acidentes, incidentes, não vão parar de acontecer enquanto esse problema basal não for solucionado. É triste, é... Espero que a morte de um político respeitado sirva de exemplo para alguma coisa ■

PANE FALSA,



Ten Brig Ar Sergio Pedro Bambini
sergio.p.bambini@gmail.com

Lendo uma apreciação sobre o fator pessoal no acidente do voo Air France 447, na qual é enfatizada a total incapacidade de os pilotos, naquela situação de emergência interpretarem as indicações dos instrumentos tradicionais da aeronave, especialmente, o horizonte artificial e o indicador de velocidade vertical, o velho e confiável *climb*, posto que acostumados ao total controle da aeronave por meio dos botões do computador. Pensei em quão terrível a sensação de não entender as informações que o painel de instrumentos mostra para o piloto em um voo atípico. Lembrei, então, de um fato que, se nem de longe possa configurar uma emergência, ao menos retrata a angústia de um piloto em uma situação muito estranha.

Corria o ano da graça de 1975.

Major-Aviador, eu era o Oficial de Operações do 5º Esquadrão de Reco-

nhecimento e Ataque, o 5º EMRA, da Base Aérea de Santa Maria, o *marrudo* Esquadrão Pantera, especializado em operações aéreas especiais, testado em combate.

Como um Esquadrão Misto, operávamos dezesseis NA T-6, oito UH-1D e oito L-42, aeronaves que possibilitavam o cumprimento de todas as missões relativas às tarefas de Reconhecimento, Ligação e Observação e Ataque, além, logicamente, da capacidade ímpar do UH-1D no atendimento de diversas situações de prestação de serviços à comunidade, principalmente, em emergências e calamidades públicas.

Os T-6, *xodó* de tantas gerações de pilotos de nossa Força Aérea, viviam seu ocaso. Todos os exemplares da FAB, com exceção daqueles que ainda equipavam a Esquadrilha da Fumaça, estavam em Santa Maria. Como citei, tínhamos dezesseis e muitas horas para voar até o seu recolhimento ao Parque de Lagoa Santa, em julho daquele ano. Além do cumprimento do

Plano de Missões Conjuntas, com o Exército, organizamos um Programa de Instrução para os Oficiais da Reserva Convocados, recentemente chegados à Unidade Aérea. Oito fizeram o pré-solo, voaram solo, e apenas dois completaram todo o curso. Após o expediente, quase que diariamente, uma esquadrilha abrihantava os céus de Santa Maria, com quatro T-6 voando em formação cerrada, muito cerrada. Em tom de brincadeira chamavam-na de Esquadrilha Prenda Minha. Quase como se fora uma despedida, fizemos um *grupão* de doze aeronaves, no dia 24 de maio, com decolagem noturna e sobrevoo festivo, ao nascer do sol, dos 7º e 29º Batalhões de Infantaria Blindados, unidades amigas e fraternas, em comemoração ao Dia da Infantaria.

Foi um semestre inesquecível, mas, com seu final, também, terminaram os dias do T-6 no 5º EMRA. Uma parceria memorável, que deixou saudade e dores. Duas vidas a lamentar, Ten Vieira Pinto e Cap Spalding.

SUSTO REAL



A nova aeronave de ataque do EMRA seria o AT-26 Xavante. Nós os receberíamos no final do ano. A dotação prevista era de oito aeronaves. Receberíamos ainda pilotos e instrutores procedentes do CATRE.

Foi determinado que o Cap Castro e eu faríamos o Curso de AT-26, com especialização em Ataque no 1º/4º GAv, em Fortaleza.

Para acertar os detalhes do curso, em viagem especial de T-25, fomos o Ten R2 Fábio e eu, até Fortaleza, saindo de Santa Maria de manhã e voando até pousar na BAFZ às duas horas da manhã, mesmo parando algumas horas em São Pedro da Aldeia para sanar uma pane. Após o acerto dos detalhes, decolamos de volta, com destino a Santa Maria.

No final de novembro, Castro e eu aportamos em Fortaleza.

A primeira semana foi para conhecermos o avião. Aulas *brifins*, provas, adaptação à nacele, emergências, tudo conforme um programa de instrução

elaborado especialmente para aquela situação.

Na segunda-feira, iniciamos o voo. Na terça, à noite, elemento solo noturno. E assim foram todos os dias. Na terceira semana, deslocamos para Natal, a fim de fazermos missões de tiro e bombardeio no estande do CATRE.

No dia 19 de dezembro, com o curso concluído, por pura e total gentileza do 1º/4º GAv e, também, para aprofundar e consolidar a familiarização com a aeronave, em viagens isoladas, dois Xavantes nos levariam a Santa Maria.

O instrutor, designado para fazer a viagem comigo, foi o Ten Azevedo.

Voo normal até Belo Horizonte. Chegamos com mau tempo.

Reabastecemos e decolamos. Procedimento de subida de acordo com a Carta e em contato com o Controle. O Xavante é muito doce de pilotagem e sua instrumentalização excelente para quem até há pouco voava o T-6. Cruzamos os 15.000 pés, os 20.000 pés, e continuamos subindo. Eu, como aluno

interessado, realizando os procedimentos de forma primorosa.

De repente, com o horizonte artificial na posição normal de subida, com o *climb* mostrando pouco mais de 1.000 pés ascendendo, demais indicações normais, a velocidade começou a cair. Primeiro de maneira suave, depois com mais intensidade. Quando passou pelos 100 nós, comecei a dar motor suavemente. A velocidade continuou a cair e comecei a não entender o que estava acontecendo. O experiente piloto de RB-25 e B-26, com muitas horas de voo não conseguia compreender o que se passava. Horrível!

Vendo a situação piorar e a velocidade em queda aproximar-se dos 60 nós, chamei o instrutor pelo interfone.

- Azevedo, vamos estolar. Não consigo aumentar a velocidade.

Com a tranquilidade que manteve até deixar o serviço ativo como Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, o Tenente falou:

- Major, ligue o tubo de *pitot*.

Eu liguei o tubo de *pitot*! ■

Combater o Aedes EGYPTI

significa prevenir quatro doenças virais potencialmente graves:

Dengue, Febre Chikungunya, Febre pelo vírus Zica e a Febre Amarela Urbana

Todos sabem da óbvia importância da **atitude preventiva** que encerra o título acima, entretanto cabe **chamar atenção para a exacerbação, em 2015 dos danos causados à saúde da população pelas moléstias veiculadas pelo mosquito Aedes aegypti**, com sinais e sintomas similares, configurando um verdadeiro desafio para o correto diagnóstico e tratamento.

Vejam o porquê:

1. **Os casos de dengue** aumentaram 176% no período, saindo de 556.000 casos em 2014, tendo atingido **em 2015 mais de 1,5 milhões no Brasil**, com 64% deste total nos estados do Sudeste. As mortes confirmadas chegaram a 811 casos, com ascensão de 79% se comparadas ao ano anterior. Imaginem as perdas econômicas por absenteísmo e a queda de produtividade de que causou!;

2. **Surgiu a Zica, virose africana de origem símia que não havia sido relatada no país** antes e que vem crescendo desde o último mês de abril. Números da Zica: aproximadamente 1.500 casos em pouco mais de oito meses. Além disso, o Ministério da Saúde estima em pelo menos 500.000 devido à subnotificação. Este autor foi uma das vítimas. Concordam que é um número muito elevado para uma condição patológica nova no país?;

3. Há fortes suspeitas por parte do Ministério da Saúde de que essa nova infecção possa induzir **complicações como a microcefalia em recém-natos de mãe infectada no início da gestação, cujos números vêm crescendo de forma exponencial nos últimos meses, e também um quadro de paralisia muscular progressiva (Síndrome de Guillain Barret)**;

4. Foram notificados, até o mês de setembro, **12.170 casos suspeitos de febre chikungunya, doença que surgiu no Brasil em 2014, costuma ser mais branda que a dengue, porém, com maior tendência à persistência dos sintomas**;

5. **A febre amarela urbana ressurgiu com um caso no estado do Rio Grande do Norte depois de décadas ausente** (último caso em 1942), fato que pode servir de alerta para as autoridades de saúde pela sua conhecida gravidade e risco de disseminação nos aglomerados das cidades.

Essa situação foi considerada dramática e grave pelo ministro da Saúde, em dezembro último, Marcelo Castro, e por Claudio Maierovitch, diretor do Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

Creio que devemos manter a tranquilidade, mas investir pessoalmente nas atitudes e medidas de precaução.

Fato verificado em saúde pública nos ensina que o conhecimento da prevenção de uma doença nem sempre **garante** um comportamento seguro por parte das pessoas, para evitá-la. Para ilustrar, recordo um fenômeno ocorrido em meio ao pico da epidemia de HIV Aids há duas décadas, em que pesquisas apontavam 95% dos entrevistados cientes de como se prevenir, porém apenas 30% tomavam as devidas precauções regularmente. Isso corrobora a necessidade da conscientização com informações claras, consistentes e objetivas, que possam se transformar verdadeiramente em argumentos convincentes.

Selecionei alguns **lembretes** para uma ação individual no nosso cotidiano,

sobretudo neste período climático até o mês de maio, de maior risco de picada:

1. **Ficar atento a qualquer água acumulada, focos potenciais de larvas (criadouros) domiciliares que são a maioria**, fazendo revisões periódicas em vasos de planta, calhas, objetos expostos à chuva e até a água da bandeja do congelador da geladeira e do reservatório de degelo automático que fica atrás do aparelho. Os mosquitos adultos preferem locais escuros, como embaixo de móveis. Utilizar ralos com tampa **abre-fecha**;

2. **Usar roupas que protejam, sobretudo, os membros inferiores**, pois o voo do mosquito costuma ser baixo (menos de 50 cm). Os horários de maior risco são o amanhecer e o final da tarde;

3. **Lançar mão de repelentes**, segundo a orientação do fabricante, inclusive na reaplicação depois de seis a oito horas de exposição. Até as raquetes elétricas podem ajudar em algumas situações, além dos mosquiteiros (mais indicados para berços), telas e vaporizadores elétricos (repelentes de tomada) e inseticidas;

4. **Procurar sem demora orientação e assistência médicas em caso dos sintomas clássicos** como febre, dores musculares e retro-oculares, manchas vermelhas pelo corpo, fraqueza intensa, dores articulares, vômitos e diarreia;

5. A cidade do **Rio de Janeiro** tem um índice de infestação de 1% dos domicílios, encontrando-se tecnicamente no mínimo para entrar em grau de alerta para uma epidemia, enquanto **São Paulo** tem um índice menor: cerca de 0,3%. O problema, a meu ver, é que um índice baixo numa metrópole coloca em risco muita gente! ■



Autor Gilberto Freyre
Síntese de Diolásia de Lima Chierigate
Jornalista
diolasia@terra.com.br

Todo brasileiro traz na alma
e no corpo a sombra do indígena
ou do negro. Ou de ambos!!!”

O Começo

A organização econômica e civil da sociedade brasileira se inicia em 1532, com a chegada de Duarte Coelho e a implantação das Capitânicas Hereditárias no Brasil.

Nos entornos dessa data, Portugal contava, aproximadamente, com um século de experiência de colonização nos trópicos. A exploração de suas possessões na Ásia (Índia), África, no Arquipélago da Madeira e dos Açores tinha se mostrado um sucesso. Quando da vez da América tropical, logo nela se estabelecería uma sociedade agrária na estrutura; escravocrata, na técnica de exploração econômica, e híbrida, pelo entrecruzamento das três raças: branco europeu, índio autóctone e negro da África.

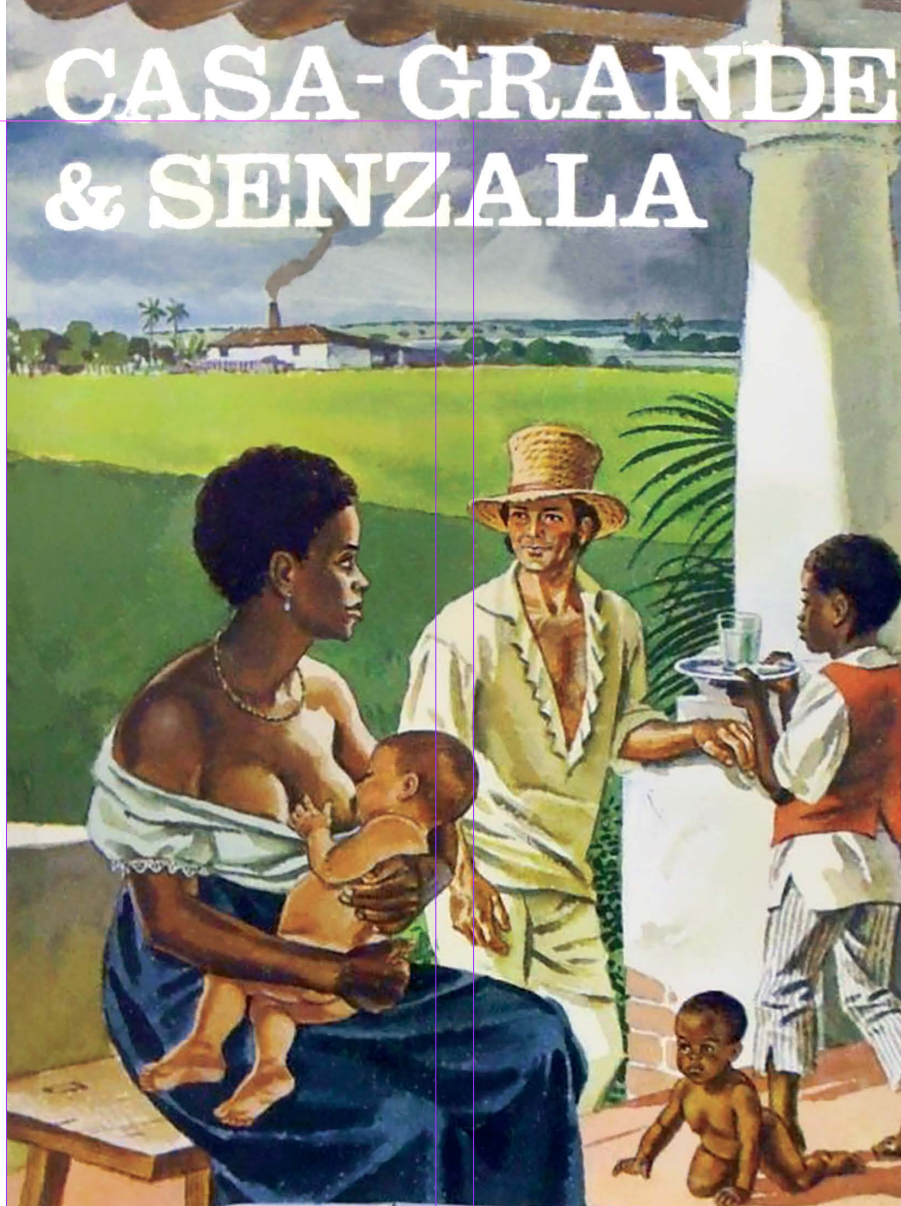
Colonização e Miscigenação

Implantada à força pela espada e pela cruz, a colonização do Brasil teve, inicialmente, como base, a agricultura. Teve como condições a estabilidade patriarcal da família, em vista da regularidade do trabalho – por meio da escravidão – e a união do português com a mulher índia – a Cunhã.

Tão logo ocorrendo a vinda de escravos africanos para a lavoura de cana de açúcar, a mulher negra – escrava – passou a dividir com a Cunhã o leito com seus senhores.

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. A índia e a negra-mina, no começo, depois, a mulata, a cabrocha, a quadrarona, a oitavona, tornando-se caseiras, concubinas e até esposas legítimas dos senhores brancos agiram poderosamente no sentido de democratização social do Brasil. A miscigenação aqui praticada corrigiu, em parte, a distância entre a Casa Grande e a mata tropical.

E, verdade é que “entre os filhos mestiços, legítimos e mesmo ilegítimos, havidos delas pelos senhores brancos, sub-



dividiu-se parte considerável das grandes propriedades, quebrando-se assim a força das sesmarias feudais e dos latifúndios do tamanho de reinos”.

Os métodos utilizados pelos colonizadores, impregnados de violência e brutalidade, obedeciam à tônica da época.

Esses, cientes da grande inferioridade numérica, buscaram de pronto contemporarizar com o nativo, servindo-se do homem para as necessidades de trabalho e principalmente de guerra, de conquista dos sertões e desbravamento da mata virgem.

Mas não encontrou caminho fácil. A resistência às suas pretensões foi muito forte. O nativo jamais se inseriu no trabalho escravo.

A Religião, os Missionários

Além da força bruta dos castigos corporais, o colonizador buscou no trabalho evangelizador dos Missionários a força extra que os ajudaria a dobrar a rebeldia e desobediência do índio, posto que grande parte

se evadia do trabalho na lavoura, embrenhando-se mata a dentro, para nunca mais ser encontrado. Uns tantos outros – muitos, até – preferiam a morte à perda da vida livre nas florestas, ao prazer das caçadas, do guerrear com outras tribos; da liberdade. Não foram poucos os que recorreram ao suicídio, estufando-se de tanto comer barro.

Dessa forma, a história do contato das raças chamadas superiores com as chamadas inferiores repetiu-se nos trópicos. Extermínio ou degradação. O colonizador vencedor impôs ao povo submetido sua cultura moral inteira, maciça, sem transigência – senão a do sexo desabrido – que suavizasse todas as suas imposições.

Lamentavelmente, em contraponto ao apoio, proteção e defesa do índio contra as atrocidades perpetradas pelo invasor, o Missionário foi um atuante agente destruidor da cultura autóctone.

Pelo compromisso com sua fé e cren-

ça, a esse cabia a missão de catequizar e conduzir almas para sua Igreja, na convicção de salvá-las para Deus. Em vista de tal compromisso e de tal visão, não lhes cabia a aceitação do descalabro moral, devassidão e orgia carnal, que testemunharam na Colônia. De pronto, atravessaram a imoralidade que grassava, incutindo por meio da Doutrina Religiosa a noção ocidental do Bem e do Mal, tão diferente dos conceitos da cultura do indígena.

E, como ponto de partida, os religiosos separaram a arte da vida.

Em lugar da orgia carnal, tomaram o rumo puritano. Sufocaram a espontaneidade nativa, substituindo-a pelos cantos religiosos solenes, quanto tristonhos; em lugar de suas festas, danças e rituais, estabeleceram a disciplina. Suas músicas foram transmutadas para as ladainhas, hinos religiosos, tão mecânicos quanto piedosos. Aos índios foram impostas as Procissões e as Missas e, como arremate final, introjetaram-lhes a crença no fogo eterno. Estabeleceram a ideia de Inferno na cabeça daquele índio que tanto aprendia rápido, como igualmente, esquecia depressa.

Tudo muito estéril, muito dispar, muito distante e ininteligível para uma cultura alegre, vibrante, colorida, instintiva e anímica, como a deles.

E, apesar de constituírem um pequeno grupo, o homem religioso conseguiu introduzir valores e conceitos naquela sociedade em formação, a ponto de, por exemplo, constituir enorme orgulho para as famílias indígenas ou mistas terem seus filhos acolhidos e escolhidos por esses religiosos. Ter um filho participante de uma procissão ou qualquer outro serviço religioso, trajando roupas com rendas e bordados, cantando hinos, desfilando pelas aldeias, entoando cânticos, se alfabetizando na língua do homem branco, aprendendo a caligrafia de palavras tão diferentes do idioma materno, tudo isso constituía uma honra sem par.

O indígena passou a se envergonhar de si mesmo, de sua cultura. Passou a negar sua espiritualidade, negando seus pajés e xamãs; passou a se vestir: uma imposição do homem branco Missionário. Talvez, uma coisa esse nativo não tenha negado ou abdicado: foi de

sua Medicina. Profundo conhecedor da fauna e da flora, irmanado à Natureza, cúmplices de seus segredos, tal conhecimento seria impossível fazer adormecer.

E, com as mudanças que foram se acumulando, plantando em sua alma o sentido de inferioridade, deu-se o gigantesco passo de fazer o índio abandonar sua estrutura social, sua oca, sua tribo e fazê-lo agrupar-se em aldeias.

Segregados em Aldeias, e seguindo muitos dos valores ocidentais, o índio foi perdendo sua essência. Começou a morrer. Arrancaram-lhe a alma; cortaram-lhe os fios que os conduziam às suas raízes, seu chão, seus valores, verdades e princípios de seus ancestrais.

Essa atitude, aliada à imposição do idioma Português, em fins do século XVIII, sob a gestão do Marquês de Pombal, foi a pá de cal que amortizou a cultura multiétnica dos donos da terra *Brasilis*.

África – Escravidão

Da África vieram milhões e milhões para as lavouras da cana de açúcar, em regime de escravidão. E nos quase 350 anos de convivência, além do trabalho que fez a riqueza da Matriz e o desenvolvimento da Colônia, os Negros Africanos enriqueceram nosso idioma, transmitiram-nos seus hábitos, costumes, crenças e, acima de tudo, sua alegria, seu colorido, sua verve trabalhadora, apesar das atrocidades e crueldades que lhes foram impostas.

Com o africano não aconteceu, pelo menos, de todo, o mesmo que com as etnias autóctones. Muito de sua multiculturalidade manteve-se preservada, malgrado as intransigências, desprezo, perseguições e preconceitos.

A Economia – A Casa Grande

A Economia no período colonial se desenvolveu à sombra das grandes plantações de cana de açúcar e das Casas Grandes de taipa ou de pedra e cal.

No ambiente de proximidade da Casa Grande, o Senhor Branco, o Índio e o Negro interagiam e se misturavam, arredondando as relações de Poder, a vida doméstica e sexual, os negócios, a religiosidade; ali, plantando os alicerces da sociedade brasileira, numa estruturação de ajustes contínuos e diários.

A Casa Grande, com seus alpendres e telhados inclinados, não só ofereciam proteção à chuva e ao sol dos trópicos, numa arquitetura adaptada às necessidades geográficas e ao clima, como também, completada pela senzala, representou todo um sistema econômico, social e político: de produção – a monocultura latifundiária; de trabalho – a escravidão; de transporte – o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo; de religião – o Catolicismo da família, com capelão subordinado ao *pater* famílias e o culto aos mortos; de vida sexual e de família – o patriarcalismo polígamo; de higiene do corpo e da casa – o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés; de política – o compadrismo.

A Casa Grande foi ainda: a fortaleza, a hospedaria, a escola, o hospital; o cemitério, no costume de enterrarem seus mortos, na capela, construída atrás de casa, autenticando o espírito patriarcal de coesão da família; o Banco, onde dentro de suas grossas paredes ou debaixo de seus pesados tijolos ou, ainda, embaixo de seus mosaicos, no chão, escondiam-se joias, dinheiros, ouro; e a Santa Casa de Misericórdia, em sua função de acudir, amparar e apoiar velhos, viúvas e órfãos.

Concluindo...

O idioma, a miscigenação e a religião, misturados no cadinho de nosso território, fez surgir um homem híbrido, adaptável, trabalhador e religioso.

Muito se deve aos povos que nos formaram. Ao colonizador português que, mesmo movido por interesses comerciais, únicos cabíveis na época, nos uniram pelo idioma, pela Religião e pelo Território, fazendo de uma grande miscelânea, uma Nação. Aos donos da terra, com destaque para nossas cunhãs, as primeiras a embalar nossos berços e a nos contar histórias, como as do Boto, da Mãe D'água, dos Sacis, do Boitatá, dentre muitas outras. Aos Africanos, deslocados à força de sua terra, de suas famílias, com destaque para nossas escravas que nos encheram de doces, cafunés e dengos, além de nos enriquecer o Idioma e de nos transmitir a cultura de sua terra distante ■

O ADVENTO DO NACIONALISMO

Ubirajara Carvalho da Cruz

Cel Av

Graduado em Piano pela Escola de Música da UFRJ, concertista, escritor e poeta.

editoraluzes@editoraluzes.com.br

Reflexões

A história da civilização demonstra que é muito difícil a análise de um fato isolado sem a interveniência de tantos outros. Na história da música, também vamos encontrar este *axioma*, inclinando nossa lógica para a aceitação desse conceito. No caso da música nacional, este fato se reveste de grande complexidade ao estudarmos a historicidade brasileira. O próprio sistema de colonização, buscando nas forças da exploração mercantil e do monopólio uma saída para os problemas que envolviam a metrópole, resultou numa tendência artística de lentas transformações.

Entre as preocupações mais contundentes da crítica especializada na história da arte brasileira estão as que envolvem indagações sobre a influência africana refletida hoje em grande parte de nossos artistas.

A própria condição de trabalho, a religião oficial e os interesses aristocráticos da

época inibiam a manifestação do homem da terra, bem como a dos negros escravos, por meio da linguagem de sua gentilidade. Esses fatos, senão impediram, ao menos, dificultaram a expressão de uma cultura própria que pudesse criar uma tradição e uma historicidade peculiar ao sentimento nacional que já despontava no alvorecer do século XVIII, crescendo sob o impulso de revoltas e revoluções.

Entretanto inúmeros acontecimentos evidenciam situações naturais de uma transculturação que viria dar nova roupagem à arte sentida, vivida e praticada na terra brasileira; esses acontecimentos são valiosos porque motivam nossas reflexões sobre o assunto.

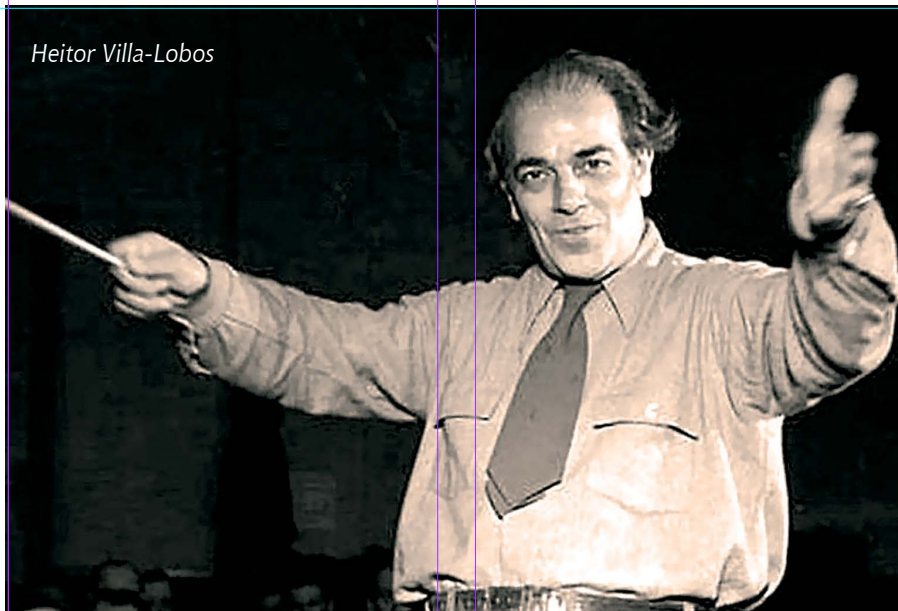
A partir do século XVII, houve uma forte presença de negros e mestiços nos trabalhos de arte. Nesse avanço, o século XVIII se caracteriza, então, culturalmente, no Brasil, pela presença de mestiços e africanos na autoria de obra de arte de maior

consequência histórica. Essa presença se estende pelo século XIX e só começa a diminuir quando o estilo barroco, no Brasil, cede lugar ao neoclassicismo e ao ecletismo acadêmico que estavam ligados à formação das elites.

Sociologicamente, é inequívoca a influência africana e nativa na estrutura de muitos artistas brasileiros, bem como na mais ampla expressão da criatividade popular.

Esse fenômeno, entretanto, só é notado a partir do movimento nacionalista que eclode no início do século XX, com ligeiras e significativas incursões por parte dos precursores da manifestação nativista. Na música, vamos encontrar grandes mestres que, abolindo, sem agressões, a influência europeia tão marcante em nossa cultura, tentam fortalecer a gentilidade brasileira, acreditando contribuir, desta forma, com aspectos fundamentais no processo do nosso desenvolvimento social.

Heitor Villa-Lobos



Oscar Lorenzo Fernández



NA MÚSICA BRASILEIRA

históricas e filosóficas

Não obstante a linguagem que possa provocar efeitos imediatos na alma humana, independente de conteúdos ideativos e de forma bastante subjetiva, a música, a exemplo de toda arte, possui um componente estrutural. Essa estrutura tem suas formas próprias que se expressam segundo o conjunto de ideias de uma determinada época ou cultura, subordinando-se às possibilidades concedidas por um conhecimento técnico limitado ao tempo e à cultura em que tal conhecimento se desenvolveu. Daí, além da escrita, baseada no pentagrama, que teve origem nos neumas dos pré-renascentistas, usados pelos arautos da baixa idade média, outros elementos simbólicos compõem a linguagem musical.

Nesse contexto estrutural, inserem-se, ainda, as formas musicais que foram adotadas em determinadas épocas. A grande forma, por exemplo, é resultado de avanços na polifonia, com a utilização de diversos instrumentos em que as variações dos elementos paramétricos ganharam nova dimensão, chegando, inclusive, à

exuberância de um casamento entre o coro e a música instrumental, de que é exemplo magnífico a Nona Sinfonia de Beethoven.

Na evolução do nacionalismo musical, esse fenômeno da estrutura formal se revela, claramente, além dos conteúdos temáticos que exploram, tornando visíveis as manifestações espirituais de uma determinada cultura.

Quando Villa-Lobos, curiosamente, compõe em compasso *ternário composto* a “Valsa da Dor”, configura-se uma nova forma de apresentação do ritmo, com características nacionais, aproveitando-se das estruturas anteriores, sem estar preso, rigidamente, a tais estruturas. Também em Lorenzo Fernandez a construção com que expressa a 2ª Suíte Brasileira, por exemplo, entra em perfeita consonância com o sentimento nacional, desde os conteúdos nostálgicos e românticos, translúcidos no Ponteio e na Moda (Prelúdio e Canção) até a expressão mais primitiva e alegre da nos-

sa gentilidade, caracterizada no Cateretê (Dança), de movimento vivo, não obstante haver buscado inspiração para esta obra nas estruturas da *Grande Forma da Suíte*, nascida no período barroco europeu.

Infinitos exemplos poderiam ser citados, desde os precursores até os que consolidaram o nacionalismo musical brasileiro, fato que acontece ao longo do final do século XIX e vai até a primeira metade do século XX.

Hoje já se sabe da importância de Itiberê da Cunha, de Alexandre Levy ou de Alberto Nepomuceno como precursores do nacionalismo na música brasileira. Atualmente já é reconhecida a grandeza do pioneirismo musical, com conteúdos nacionais, de um Villa-Lobos, de um Lorenzo Fernandez, de um Ernesto Nazareth, de uma Chiquinha Gonzaga, de um Arnaldo Rebello, de um Barrozo Neto, de um Aristides Borges, de um Francisco Mignone, apenas para citar alguns exemplos. Eles e



Brasílio Itiberê da Cunha



Alexandre Levy



Alberto Nepomuceno



Ernesto Júlio de Nazareth

tantos outros valores da música brasileira estão entre aqueles que transformaram os elementos da arte, seja representando as imagens de um momento social brasileiro ou mergulhando nas raízes populares, históricas e culturais de toda a nação.

Os artistas são assim: emissores e receptores de mensagens. Funcionam a um só tempo como fonte e canal de uma força invisível, capaz de transformar, modificar e criar, para que a vida possa perpetuar-se ao longo do tempo.

A síntese de todos esses acontecimentos parece indicar que não é pela quebra das estruturas que a arte se projeta para sugerir suas mensagens. Ao contrário, ela pode modificar, transformar, e até transmutar, a partir de uma determinada fórmula, os cânones preexistentes, mas o que lhe é bastante peculiar é a imanência da evolução. Importante é que evolua na direção de um ser (ou coisa) mais edificada e madura, conservando a forma própria do ser (ou da coisa) que lhe deu origem. Nisso a arte transcende!

No caso da música brasileira, as estruturas estavam sendo alimentadas e realimentadas, desde a música universal, em bases de transformações que foram, talentosamente, aproveitadas pelos compositores nacionais para exprimir manifestações culturais que materializam o folclore e as raízes populares da gentilidade brasileira. Essa gentilidade, alicerçada numa vasta e rica formação étnica, resultou numa das

Francisca Edwiges Neves Gonzaga



mais belas concepções estéticas, como pode denotar a própria música brasileira.

Em nosso país, Villa-Lobos, retirando das manifestações populares e do folclore brasileiro a inspiração para suas peças, compõe uma vasta obra da qual se pode dizer, em qualquer lugar do mundo: isso é brasileiro!

Assim, os matizes da arte em geral, em particular as vibrações sonoras da música, vão colorindo os caminhos da história humana e oferecendo elementos às gerações do futuro, para que elas possam mergulhar no canto profundo de vozes que, um dia, em uníssono, ficará muito distante, quase inaudível, mas viva, em algum lugar do imenso cosmo universal. Esse

cantar – ou esses *cantares brasileiros* – se expressa nas mais profundas regiões do nosso inconsciente coletivo como se de lá viessem as ordens para formar uma nova cadência rítmica, harmônica e melódica, sempre ligada às nossas raízes culturais. É assim que os sentimentos de um povo são explorados e reconhecidos para serem revelados ao mundo ponderável: pelas suas manifestações de arte.

Trata-se, portanto, de um fenômeno transcendente que só encontra significado na quintessência espiritual de um povo, que lhe dá a característica própria sem, contudo, fragmentar sua universalidade.

Esse é o poder da música! Esse é o apanágio da arte! ■



Arnaldo Rebello



Francisco Paulo Mignone

Grande Brigadeiro Oliveira Neto!

Luiz Rodriguez
Cel Av
luizrrodriguez@gmail.com

Congratulo-me com os militares que tiveram a feliz lembrança de resgatar a promoção *post-mortem* de um grande avião militar, que teve a rara honra de morrer voando nas asas da nossa gloriosa Força Aérea Brasileira. Certa vez ouvi essa confissão do Brigadeiro Camarão, aquele que foi o maior dentre todos os grandes comandantes com quem tive a honra de servir na região amazônica: seu desejo era morrer em serviço, comandando aeronave da FAB. Não conseguiu, simplesmente porque foi exímio piloto e não deu chance à bruxa. Por ironia do destino, sucumbiu a um ataque aéreo de enxame de abelhas africanas.

Sua Excelência, Brigadeiro Elizeu Basílio de Oliveira Neto, proporcionou-me grande ventura, em uma das raras viagens que tive a honra de com ele voar no C-10 6525, Linha do CAN Rio Negro, no período de 22 a 25 de maio de 1977. Na madrugada do dia 23, quando iniciáramos a jornada de Manaus a Rio Branco, surpreendeu-me ao me mostrar o *goods* que adquirira na Zona Franca: tratava-se de prosaico Multímetro Digital, fabricação japonesa. Desconhecia sua vocação para o ramo da eletrônica. Confidenciou-me que pretendia, durante a viagem, decifrar o manual de instruções daquele aparelho escrito em japonês.

Providencial pane no motor direito do Catalina, detectada no momento que checávamos os motores antes de decolar de Lábrea (MN), veio ao encontro de sua proposta de aproveitar o tempo, enquanto aguardaríamos o envio, por parte do ETA, de um dos magnetos que substituiria o que tinha apresentado variação no entorno de 400 rpm, no motor direito do Catalina.

Sabedor que eu era egresso do ITA, solicitou-me que o auxiliasse em seu aprendizado. Após algumas considerações sobre o comportamento dos elétrons em torno do núcleo atômico, já adentrando nos conhecimentos básicos da física quântica, notamos que o nobre Brigadeiro desejava obter explicações mais práticas do que teóricas. Sugeri, então, ao mecânico de voo que nos *emprestasse* o magneto do motor em pane, já que fora retirado do motor e preparado para devolução à equipe, que nos traria a peça de reposição. Deixa estar que o Sargento Mecânico de Voo, cujo nome lamentavelmente não consta de minha caderneta de voo, não ficou muito satisfeito com a ideia. Todavia, exímio militar que era, não tergiversou e tratou de nos emprestar “seu” magneto, com as ferramentas necessárias a sua desmontagem.

Daí em diante, tratamos de checar o funcionamento do Multímetro japonês, mediante aferição da continuidade e resistência dos elementos constitutivos do magneto *in comento*. Constatamos que o aparelho adquirido pelo Brigadeiro Neto funcionava a contento, pelo que seu proprietário abriu largo sorriso de satisfação, ao mesmo tempo em que solicitou uma lixa ao mecânico de voo. Este, coçando a cabeça, tratou de cumprir a ordem recebida. Aí, o bom Brigadeiro iniciou meticuloso trabalho de “lixamento” dos bornes metálicos daquela peça que seria um dos corações do motor do Catalina. Feito o serviço, tratou de recompor a montagem do magneto e cuidadosamente o entregou ao mecânico, determinando sua reposição no devido local e, em seguida, proceder a novo cheque do funcionamento do motor como um todo.

Resultado, o motor direito do Catalina, funcionou como se recém-recebido

pelo Parque de Aeronáutica dos Afonsos. Melhor do que o esquerdo, em termos de variação das rotações, quase que imperceptíveis a olho nu.

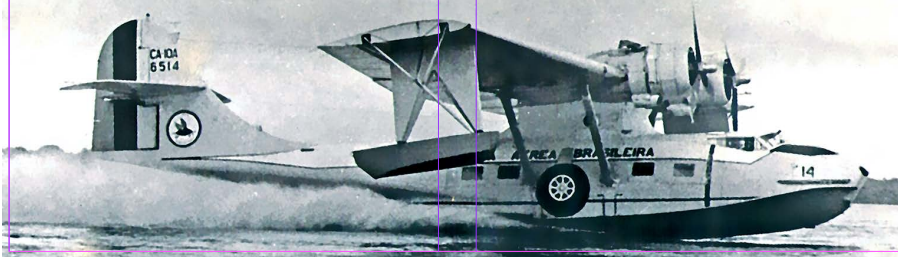
Confiante, o Brigadeiro Oliveira Neto assumiu a posição de 1º piloto e decolou de Lábrea com destino a Pauini (AM), com a preocupação de informar, via rádio, ao ETA para cancelar o envio do magneto solicitado. O que foi um alívio para a manutenção, de vez que, tal providência, ainda dependeria de requisição, pois não havia nenhuma disponível no estoque.

Ocorreu que aquela missão do Rio Negro pôde prosseguir sem qualquer interrupção, malgrado alguns pousos n’água em seu decorrer, tudo devendo-se a providencial aquisição de prosaico Multímetro por um bravo piloto militar, desbravador da Amazônia.

Os anos se passaram e qual não foi meu espanto ao, em 25 de março de 1982, em viagem a serviço do Parque de Material de Aeronáutica de Belém, à Base Aérea de Santa Maria, encontrar, no Cassino de Oficiais, o bravo piloto da Amazônia, de japona, fazendo questão de levantar a barra de sua calça para mostrar que incluía em sua vestimenta duas grossas ceroulas, mesmo assim, curtindo o maior frio da região serrana da Boca do Monte. Visivelmente expelia fumaça pelos ouvidos, diante do desconforto de haver sido transferido para aquela Unidade de Fronteira, onde o diabo perdera suas botas.

Por tal infortúnio, confidenciou-me haver sido punido, sem saber a real motivação de seus superiores hierárquicos. Tentei consolá-lo, pois por aquela estratégica Base Aérea, já passaram alguns dos mais conceituados Oficiais da Força Aérea Brasileira. Mais deprimido ficou, entendendo que eu estaria ironizando sua desdita.

Creio que agora, numa boa, em seu Lar Eterno, deve estar dando-me razão. Santa Maria da Boca do Monte foi o portal para prosseguimento de sua invejável carreira militar: mereceu ser promovido a brigadeiro justamente por morrer a serviço, no comando de uma aeronave militar da Força Aérea Brasileira ■



Araken Hipolito da Costa
Cel Av
Editor da Revista Aeronáutica

ÚLTIMO POUSO

Nós, mortais, habitantes neste mundo, olhamos para os céus como um espaço estranho.

Abraão teve que mirar as estrelas para saber da sua infinita descendência. Os filósofos antigos, Sócrates, Platão e Aristóteles, iniciam a indagação pela razão para compreender o homem, o mundo, os céus naquilo que transcende. A partir daí, a história do homem acelera na angústia de desvelar o sentido da vida.

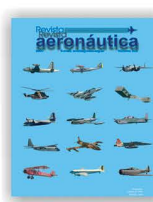
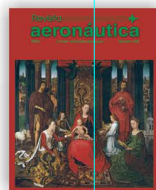
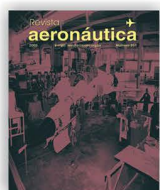
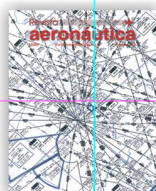
Nós, aviadores militares, lançados aos ares desde os primeiros voos, vemos a terra de modo diferente. Mais adiante nas manobras mais arrojadas e aprimoradas nos ataques com armas mortíferas ou em combates aéreos, geram uma visão apocalíptica como deuses na luta entre o bem e o mal. Esta apropriação dos céus deixa marcas indeléveis.

Somos impelidos a refletir sobre este ambiente sem habitação permanente, e obrigados a retornar ao campo de pouso para se recompor e preparar novas aventuras. Vamos, assim, até um ponto onde o corpo enfraquece, embora o espírito continue voando.

Tanto tempo, quanta poesia sentida, nós guerreiros dos ares, irmãos de ideais, impregnados deste sentimento e agora, como voar?

Na memória, retida a imensidão de beleza dos céus, de tão imensa, infinita, como uma pintura azul monocromática, expondo uma perspectiva sem fim. Ao mesmo tempo, como um catucar constante nas profundezas do nosso ser, há uma fugaz certeza da infinitude da vida.

Logo, vem a calma na alma, com a esperança do último voo, retornar a um campo de pouso tão belo e confortável como leito de amor ■



Acesse a programação
e informações do nosso
Clube de Aeronáutica
www.caer.org.br

